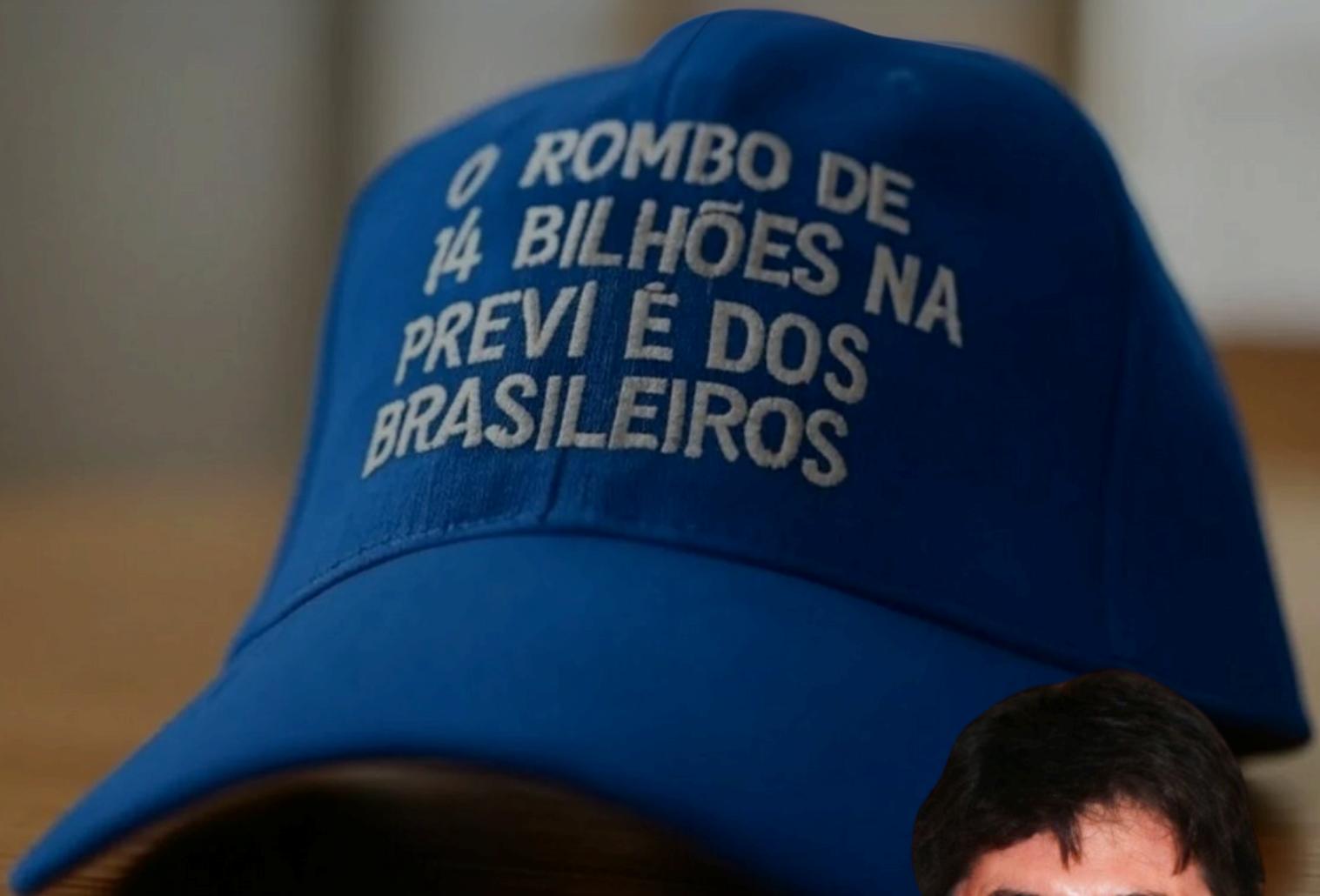




Observatório da Oposição

2025

10 DE FEVEREIRO · RELATÓRIO SEMANAL Nº 78



O ROMBO DE
14 BILHÕES NA
PREVI É DOS
BRASILEIROS

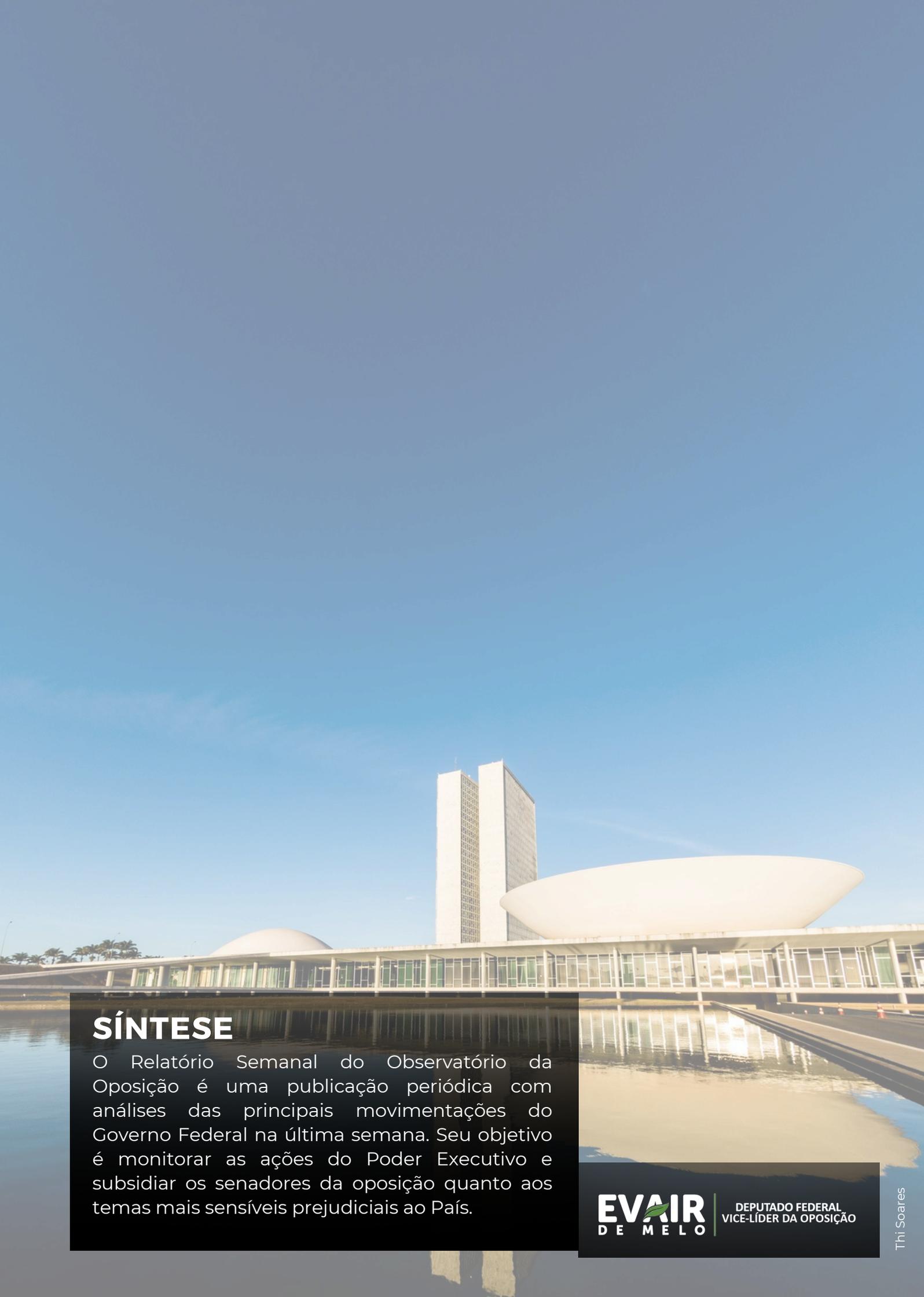
Previ afunda sob a gestão Fukunaga

SENADOR
**ROGÉRIO
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

**EVAIR
DE MELO**

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

1

ESTATAIS

Página

Previ afunda sob a gestão Fukunaga

01

Criatividade sem limites, dinheiro sem controle: o rombo recorde nas Estatais com o PT

05

2

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Ação governamental contra a fome alimenta ONGs petistas

09

3

TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO

A EBC como “puxadinho” do PT

13

4

AGRO

Inflação dos alimentos: O Governo está perdido

26

O novo Decreto nº 12.373/2025, e o aumento da tensão no campo

35

Crise no crédito rural escancara importância do FIAGRO – Veto de Lula é um golpe ao financiamento do Agro

37

Governo ignora produtores rurais e privilegia comunidades tradicionais em florestas públicas

40

5

ECONOMIA

Carta de Intenções de Haddad mostra conflito de narrativas dentro do governo

42

6

CULTURA

A “Lulaflix” será lançada pelo Ministério da Cultura, refletindo a marca de um governo que cria despesas contínuas

47

7

EDUCAÇÃO

Governo sofre derrota no TCU, que determina a suspensão e o bloqueio de R\$ 6 bilhões do programa Pé-de-Meia

54

8

SAÚDE

ANS abre caminho para dificultar o acesso a exames de mamografias para mulheres a partir dos 40 anos.

58

1

ESTATAIS

Previ afunda sob a gestão Fukunaga

A gestão da Previ em 2024, marcada por um déficit de R\$ 14 bilhões no Plano 1 e um rendimento de apenas 1,58%, evidencia os riscos da politização na administração de fundos de pensão, especialmente após a nomeação controversa de João Luiz Fukunaga para a presidência da entidade.

Análise

- O governo tentará se esquivar da auditoria do TCU na Previ como se fosse apenas um contratempo burocrático, mas um rombo de R\$ 14 bilhões não some com discurso. A gestão ineficiente dos recursos do Plano 1 em 2024, aliada a um rendimento pífio de 1,58%, não é mero acaso – é reflexo direto da condução política sobre fundos que deveriam ser protegidos da ingerência política.



- Desde que o governo indicou João Luiz Fukunaga para a presidência da Previ, a Oposição tem utilizado todos os meios disponíveis para impedir sua atuação nefasta. Fukunaga, sem experiência prévia em fundos de pensão, foi nomeado sem atender aos requisitos do Estatuto da entidade e às exigências da PREVIC.

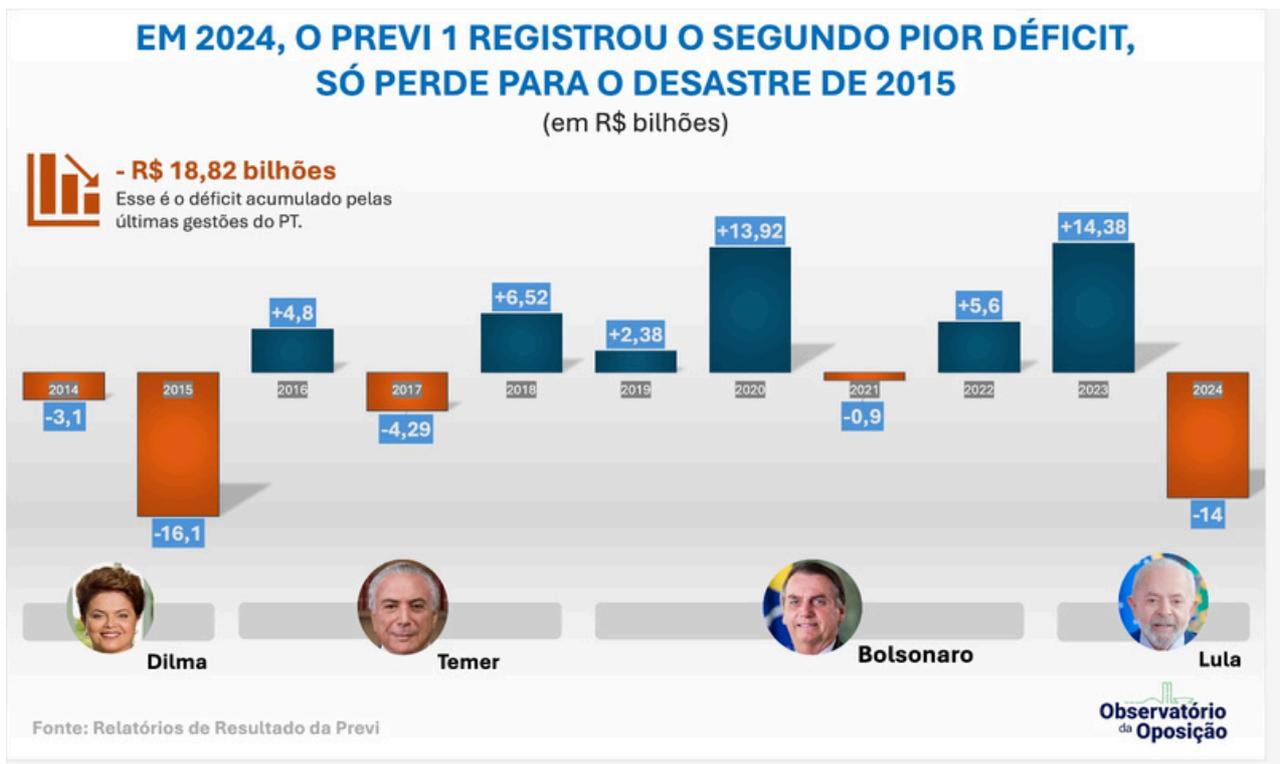


- Sua nomeação, com indicativos de influência política, foi judicializada e suspensa em 2023, mas posteriormente revertida pelo TRF-1. Em fevereiro de 2024, o afastamento foi novamente determinado, após a anulação de

seu certificado pela PREVIC. Fukunaga também foi nomeado para o conselho da Vale, mesmo sem experiência no setor de mineração, com a Previ alegando “qualificação internacional” que nunca foi comprovada. A realidade é que, em 2023, a Vale pagou R\$ 1,6 milhão por essa “qualificação”.

- A velha desculpa da “situação de mercado” é esperada, mas não se sustenta. Os dados apresentados pelo ministro Walton Alencar Rodrigues deixam claro que o desempenho da Previ despencou em praticamente todas as classes de investimento. Esse desempenho também contrasta com a média do setor, que apresentou superávit líquido de R\$ 3,96 bilhões e o retorno acumulado de 5,26% no ano indicados pelo último relatório "Consolidado Estatístico" da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Ago/2024)¹. Se o problema fosse o mercado, o prejuízo estaria espalhado por toda parte – mas não, ele se concentrou exatamente onde a gestão é "monitorada de perto" pelo governo. Coincidência?
- A grande questão, portanto, é até que ponto a politização dos fundos de pensão e as decisões desastrosas contribuíram para essa sangria financeira. Em 2015, no governo Dilma, a Previ bateu um déficit histórica, e agora, com Lula, a história se repete.

¹ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. Consolidado Estatístico: agosto de 2024. São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.abrapp.org.br/wp-content/uploads/2024/08/Consolidado-Estatistico_08.2024_.pdf. Acesso em: 7 fev. 2025.



- O Plano Previ 1 é descrito como "maduro", o que significa que 97% dos beneficiários são aposentados ou pensionistas, o que dá mostra do dano que a gestão perdulária petista causará a milhares de famílias. Quando o rombo causado pela gestão Dilma Rousseff deixou o plano em frangalhos, aposentados e pensionistas foram instados a ajudar no reequilíbrio – porque, claro, quem mais poderia salvar um plano em crise senão quem já não está mais no mercado de trabalho?
- E agora, como se não fosse o suficiente o impacto da inflação em todos os aspectos da vida, Lula e seus assecclas já preparam mais uma dose de infortúnio para aqueles que, no fundo, só querem descansar da maratona de sustentar os rombos de uma gestão econômica desastrosa.
- A crise da Previ não afeta apenas os segurados, mas também o Banco do Brasil e, por consequência, os cofres públicos. Como acionista majoritária, a União pode ser obrigada a socorrer o plano, o que significa mais dinheiro do contribuinte para tapar buracos criados pela má gestão ou ter reduzido o montante dos repasses realizados pelo Banco do Brasil. Mas, claro, quando chegar a conta, o discurso será de que "não há rombo, apenas um ajuste técnico" – enquanto os segurados e os cofres públicos pagam a fatura.

- No fim das contas, o governo parece mais preocupado em contornar os fatos do que em resolvê-los. O resultado da auditoria do TCU deve revelar o que já se desenha claramente: um cenário de má gestão, politização e risco crescente para os beneficiários.

Manifestações dos Senadores



“A tara do pt em roubar o futuro de pensionistas, pensionistas e pensionistas não tem limites! Amigues, deixem os fundos de pensão em paz!”

Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), no [X](#).

“Mesmos métodos, mesmos personagens. Lula 3 repete o mesmo enredo do passado, e coloca um mestre em literatura asteca para gerir o maior fundo de pensão do país. Resultado óbvio: rombo [#PadrãoPT!](#)”

Senador Rogério Marinho (PL/RN), no [X](#).



O ROMBO DE
14 BILHÕES NA
PREVI É DOS
BRASILEIROS

Criatividade sem limites, dinheiro sem controle: o rombo recorde nas Estatais com o PT

O governo atribui o déficit recorde de R\$ 9,11 bilhões nas estatais em 2024 ao aumento dos investimentos, mas omite que quase 95% desse valor provém de empresas como Petrobras, Banco do Brasil e Caixa, que não são consideradas no cálculo das estatais pelo Banco Central, distorcendo os números para mascarar ineficiências e justificar o rombo histórico.

Análise

- Se fosse concurso de criatividade, o governo já estaria no pódio. Para justificar o rombo histórico de R\$ 9,11 bilhões nas estatais em 2024 (R\$ 6,04 bilhões considerando apenas as estatais federais), a explicação oficial foi que o déficit aumentou porque os investimentos cresceram.



- Segundo a narrativa do ministério, as estatais investiram R\$ 96,1 bilhões em 2024. Todavia, **o governo convenientemente omitiu que quase 95% desse valor provém de empresas que nem sequer entram no cálculo das estatais do Banco Central, como a Petrobras (R\$ 85,4 bilhões), o Banco do Brasil (R\$ 3,3 bilhões) e a Caixa (R\$ 2 bilhões)**. Ou seja, distorceram os números para parecer que o déficit é culpa do crescimento e não da ineficiência.
- **Outro truque digno de prestidigitação foi ignorar o fato de que a meta de prejuízo já era generosa, permitindo um déficit de até R\$ 7,3 bilhões no ano. Ainda assim, conseguiram superar e chegar a R\$ 9,11 bilhões.**
- **E tem mais: ainda na tentativa de escamotear o descontrole, o governo diz que o déficit será coberto pelas reservas acumuladas das estatais. Em outras palavras, estão queimando a poupança para tapar buraco sem resolver os problemas, dentre eles, a ampliação dos gastos administrativos, os investimentos questionáveis e o loteamento político.**
- Mencionamos, ainda, a tentativa por parte do governo de minimizar o déficit recorde ao afirmar que as estatais em questão teriam dado lucro. Essa é uma confusão de conceitos que têm por único objetivo mascarar o péssimo resultado da gestão atual, pois sabe-se que para as contas públicas, o déficit é o guia do que influenciará de fato a dívida do país. Por mais que se tente negar, investir também é gasto e também eleva a dívida pública.
- No fim das contas, o ilusionismo petista é assim, especializado em esconder a real gravidade das crises, distorcer números e torcer para que ninguém perceba. O resultado desse descompasso é uma economia mais frágil, perda de confiança no mercado e, claro, a conta sobrando para o contribuinte, como é praxe no "padrão PT".
- Em grande parte, esse ambiente deletério foi estabelecido no julgamento da ADI 7331-DF, movida pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Na ação, o partido questionava dispositivos da Lei das Estatais (Lei 13.303/2016) que impõem restrições à nomeação de conselheiros e diretores nessas companhias, evitando o preenchimento das posições com indivíduos que ocuparam cargos públicos ou estiveram envolvidos com partidos políticos e campanhas eleitorais nos três anos anteriores.

- No apagar das luzes, antes de vir assumir a pasta da Justiça, o Ministro Ricardo Lewandowski concedeu uma liminar suspendendo temporariamente essas restrições. Essa decisão, claramente um retorno ao passado indesejado, permitiu que as empresas públicas fossem novamente influenciadas por interesses políticos, desfazendo um legado de superávits que essas companhias haviam acumulado ao longo dos anos pós-PT.
- Não obstante a crítica constante da Oposição e sucessivos processos questionando o loteamento das estatais, o Governo prosperou em seu intento e o resultado é a catástrofe que vemos em tela.
- Os Correios, sem dúvida, são o exemplo mais notório de como transformar uma estatal em um espetáculo de desatino. Enquanto a ministra da Gestão se contorce para justificar o injustificável, [a atual administração dos Correios decide aumentar os gastos com seus dirigentes](#) e **esbanjar quase meio milhão com viagens internacionais**, ignorando completamente a crise financeira da empresa. Isso em um período em que [os salários de alguns dos servidores estão em atraso](#).
- A ministra Esther Dweck tenta, mas até a sua criatividade e seus truques têm limites. O governo começou negando a crise, depois tentou maquiá-la, e agora [Lula, em um súbito ataque de lucidez, já se diz “muito preocupado”](#) com o desastre que se avizinha. Em verdade, acreditamos que Lula e seus assecclas perceberam que o tempo está se esgotando e aceleraram a máquina destrutiva para aproveitar os últimos momentos no poder.

Manifestações dos Senadores



“Se o arroz está caro, é só não comer. Se o gás está caro, é só não cozinhar. Se a gasolina está cara, é só ficar em casa. Nada de cortar gastos nos ministérios, colocar gente competente nas estatais ou gerir melhor a economia. Para o governo, basta que os brasileiros parem de comer, beber e se deslocar que os preços caem.”

[Senador Ciro Nogueira \(PP/PI\).](#)

Rombo das estatais bateu recorde. E infelizmente a fatura dessa farra só vai chegar para o contribuinte. Agora você entende o desespero do Taxad para arrochar o trabalhador com mais impostos?

[Senador Flávio Bolsonaro \(PL/RJ\).](#)





Lula parece acreditar que as estatais são um saco sem fundo! Após o estrago na Petrobras, agora enfrentamos um novo desastre nos Correios. O prejuízo acumulado em apenas 9 meses já ultrapassa R\$ 2 bilhões!

[Senador Luiz Carlos Heinze \(PL/RS\).](#)

Os Correios fecharam 2024 com um rombo de R\$ 3,2 bilhões, um retrato fiel da gestão ineficiente e do desperdício de recursos públicos. Em vez de modernizar e tornar a estatal competitiva, o governo mantém um modelo ultrapassado, onde ineficiência administrativa e decisões políticas afundam ainda mais a empresa. O prejuízo não afeta apenas os Correios, mas o desempenho das estatais como um todo, impactando diretamente o bolso do contribuinte. Enquanto isso, setores essenciais seguem com cortes e o discurso oficial insiste em negar a realidade econômica do país.



[Senador Marcos Rogério \(PL/RO\).](#)



Os Correios saíram de um superávit no governo @jairbolsonaro para um rombo bilionário sob Lula 3! Aparelhamento, incompetência e descaso tomaram conta das estatais! O PT destrói o país! A CPI dos Correios precisa investigar esse escândalo!

[Senador Rogério Marinho \(PL/RN\).](#)

Desde muito tempo, tenho falado da trajetória deficitária dos #CORREIOS, que só aumenta o buraco das contas públicas a cada dia. E quem paga isso? Você, todos nós, contribuintes! Enquanto o governo insiste em manter estatais ineficientes, a conta só aumenta.



[Senador Jorge Seif Junior \(PL/SC\).](#)

2

TRANSPARÊNCIA E
GOVERNANÇAAção governamental contra a fome
alimenta ONGs petistas

Investigação revelou que o Ministério do Desenvolvimento Social destinou R\$ 5,6 milhões a uma ONG liderada por um ex-assessor do PT para distribuir refeições a pessoas em situação de vulnerabilidade. Contudo, visitas aos locais indicados não encontraram evidências de produção ou distribuição de alimentos.

Análise

- O Ministério do Desenvolvimento Social, sob o comando do petista Wellington Dias, desembolsou R\$ 5,6 milhões para uma ONG liderada por um ex-assessor do PT. O objetivo? Distribuir quinzenas para os necessitados. No entanto, **uma investigação do GLOBO revelou** que, ao visitar os endereços fornecidos ao governo, não havia nem sinal de produção ou distribuição de alimentos.



- Em novembro de 2024, o programa Cozinha Solidária foi lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em São Paulo, o Movimento Organizacional Vencer, Educar e Realizar (Mover Helipa), liderado por José Renato Varjão — [ex-assessor do deputado Nilto Tatto \(PT-SP\)](#) —, venceu o edital para distribuir as quinzenas. Varjão subcontratou ONGs de aliados políticos para a tarefa, favorecendo ONG ligadas a ex-assessores da família Tatto.
- **Cozinha Solidária Madre Teresa de Calcutá:** Localizada no Jardim Varginha, Zona Sul de São Paulo, a cozinha deveria entregar 4.583 refeições mensais. No entanto, ao visitar o local, o GLOBO encontrou portas fechadas e vizinhos sem conhecimento de qualquer distribuição de marmitas. A responsável, [Paula Souza Costa, ex-assessora de Arselino Tatto \(PT\)](#), afirmou ter entregue 250 quinzenas em janeiro — apenas 5% do estipulado. Destaca-se o fato de que constava o e-mail do ex-parlamentar no registro da entidade na Receita Federal, como apontado pela reportagem de O Globo.

Entenda os casos



O Ministério do Desenvolvimento Social contratou por R\$ 5,6 milhões uma ONG de um ex-assessor do deputado federal [Nilto Tatto \(PT-SP\)](#). A organização vem repassando verbas para outras entidades comandadas por petistas



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

Para a execução das atividades ou projetos previstas(os) neste Termo de Colaboração, serão disponibilizados recursos pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome no valor total de R\$ 5.637.294,26 (cinco milhões seiscentos e trinta e sete mil duzentos e noventa e quatro reais e vinte e seis centavos), à conta da ação orçamentária 8929, PTRES 236690. Elemento de Despesa: 33.50.41 Unidade

Uma delas é a Cozinha Solidária Madre Teresa de Calcutá, que deveria entregar **4.583 refeições** mensalmente

III - Produzir e fornecer **4.583 (Quatro Mil, Quinhentos e Oitenta e Três)**, mensalmente;



Apesar de a responsável pela entidade reconhecer que a distribuição só começou em janeiro, um recibo assinado por ela diz que houve entregas em dezembro. Ela foi assessora do ex-vereador de São Paulo [Arselino Tatto \(PT\)](#)

EU, PAULA SOUSA COSTA, responsável pela COZINHA SOLIDÁRIA MADRE TERESA DE CALCUTA, Habilitada NO Programa Nacional de Cozinha Solidárias Sob nº CS-019222, por meio do Contrato de Parceria de nº, recebi do MOVIMENTO ORGANIZACIONAL VENCER, EDUCAR E REALIZAR – MOVER HELIPA

a importância de R\$ 11.000,00 (ONZE MIL REAIS) relativos ao apoio à produção e oferta de 4.583 (quantidade de refeições produzidas com o recurso recebido), no período de 01/12/24 à 31/12/24.

Paula Souza Costa
COZINHA SOLIDÁRIA MADRE TERESA CALCUTA
PAULA SOUSA COSTA

O e-mail informado à Receita Federal pela entidade traz um endereço do gabinete do ex-parlamentar

LOGRADOURO R RIO SAO LOURENCO	
CEP 04.858-620	BAIRRO/DISTRITO JARDIM CAMPINAS
ENDEREÇO ELETRÔNICO SECRETARIA.TATTO@IG.COM.BR	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR): *****	

Quem também recebeu recursos foi a Cozinha Solidária Unidos Pela Fé, comandada por outro ex-assessor do petista Arselino Tatto. O responsável pela entidade reconheceu que as refeições não foram entregues, apesar de ter assinado um recibo dizendo que prestou o serviço

Ex: CLAUDINEI FLORENCIO DIAS	responsável pela
COZINHA SOLIDÁRIA UNIDOS PELA FÉ, HABILITADA NO Programa Nacional de Cozinha Solidárias	
recebi do MOVIMENTO ORGANIZACIONAL	
VENCER, EDUCAR E REALIZAR – MOVER HELIPA / Entidade Gestora Celebrante do Programa	
a importância de R\$ 11.000,00 (ONZE MIL REAIS), relativos ao apoio à produção	
e oferta de 4.583 (quatro mil e quinhentas e três) refeições produzidas com o recurso recebido, no período de 01/12/24 a 31/12/24.	
 COZINHA SOLIDÁRIA UNIDOS PELA FÉ CLAUDINEI FLORENCIO DIAS	

- **Cozinha Solidária Unidos Pela Fé:** situada em Parelheiros, Zona Sul, a cozinha deveria entregar 4.583 refeições mensais. No entanto, ao visitar o endereço, o GLOBO encontrou uma residência sem sinais de atividade. O responsável, [Claudinei Florêncio, ex-assessor de Arselino Tatto \(PT-SP\)](#), reconheceu que nenhuma refeição havia sido distribuída até então, mas prometeu iniciar as entregas em breve.
- **Cozinha Solidária Instituto Rosa dos Ventos:** sob a liderança de [Anderson Clayton Rosa, ainda assessor de Nilto Tatto \(PT-SP\)](#), a ONG deveria entregar 4.583 quentinhas mensais. No entanto, produziu apenas 400 refeições em janeiro, segundo a prestação de contas. Rosa alegou que pode ter ocorrido "algum erro" na documentação enviada ao governo.
- **Cozinha Solidária Divino Espírito Santo:** Liderada por um ex-assessor do deputado estadual Luiz Fernando Teixeira (PT-SP), a ONG deveria entregar 4.583 quentinhas mensais na região de Sapopemba, Zona Leste. No entanto, no endereço informado ao ministério, funcionava uma igreja que produzia apenas 70 refeições diárias — bem abaixo do contratado.
- **É curioso que as "cozinhas solidárias fantasma" tenham sido agraciadas com emendas do candidato petista à prefeitura de São Paulo, deputado Guilherme Boulos (PSOL-SP).** Enquanto deputado, Boulos destinou R\$ 200 mil (emenda nº 43860022-2024) para essa ONG. O deputado se notabiliza por utilizar as redes sociais para criticar os empresários brasileiros, apontando-os como os verdadeiros responsáveis pela fome no Brasil. Seria interessante ver o mesmo entusiasmo na fiscalização de suas próprias indicações, garantindo que os recursos de suas emendas parlamentares não sejam desviados e que refeições sejam efetivamente entregues às comunidades carentes.

- Apesar de contratos milionários e promessas de combate à fome, as ONGs ligadas ao PT parecem estar servindo mais promessas do que refeições. Enquanto o governo federal promete fiscalização, a população continua esperando pelas tão aguardadas quentinhas.

Manifestações dos Senadores

EVAIR DE MELO
DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



“QUENTINHA INVISÍVEL! Corrupção para ONGs dos companheiros do partido? Agora está completo o roteiro desse desgoverno. Um triste roteiro de um filme repetido que vimos nas maiores plataformas de corrupção do Mensalão, do Petrolão e da Lava Jato. Agora são as quentinhas, justamente contra os mais fracos. Imposto, jogo, drogas e agora corrupção... Agora a quadrilha está completa. Vamos combater esse desgoverno!”

Senador Carlos Portinho (PL/RJ), no [X](#).

“Gravíssimo! ONGs ligadas ao PT receberam quase 6 milhões de reais e sumiram com as quentinhas! Covardes!!!”

Senador Cleitinho (Republicanos/MG), no [X](#).



“Mais denúncias de desvios e irregularidades na destinação de mais de R\$10 milhões para ONGs da companheirada petista em São Paulo. Dinheiro do combate à fome! Vergonha completa: o governo Lula 3 não administra a crise da alta de preços dos alimentos, e não explica o sumiço de milhares de quentinhas que deveriam alimentar a população de rua! Uma indignidade total!”

Senadora Tereza Cristina (PP/MS), no [X](#).

“O PT distribui quentinhas fantasmas e mostra que saqueia o Brasil até na fome dos mais pobres! Em Lula 3, dinheiro público some, aliados enriquecem e o povo passa fome! [#PadrãoPT](#)! Por isso, acionamos o TCU para que esse escândalo seja investigado!”

Senador Rogério Marinho (PL/RN), no [X](#).



O [#DinheiroPúblico](#) precisa ser respeitado, uma palavra que o desgoverno do [#PT](#) desconhece. Eles desviam [#recursos](#) até quando brasileiros passam fome e são [#prejudicados](#). Isso é de uma estupidez sem tamanho, um verdadeiro saque aos cofres públicos. Será que há gente explorando a pobreza ou é só impressão?

Senador Jorge Seif Junior (PL/SC), no [X](#).



TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO

A EBC como “puxadinho” do PT

A destinação de aproximadamente R\$ 2,5 milhões em emendas parlamentares de membros do Partido dos Trabalhadores (PT) sem licitação para a TV dos Trabalhadores (TVT), canal alinhado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, evidencia uma preocupante instrumentalização da comunicação estatal para fins político-partidários.

Análise

- A alocação de recursos públicos para a TV dos Trabalhadores (TVT), um canal que ostenta sua afinidade com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, revela uma prática preocupante de instrumentalização do Estado para fins político-partidários.



canal
gov

- Neste episódio, quase R\$ 2,5 milhões provenientes de emendas parlamentares de membros do Partido dos Trabalhadores foram destinados à TVT, por meio de um convênio com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Entre essas emendas, destaca-se a encaminhada pela presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PT/PR).

Tabela - Emendas parlamentares destinadas à Empresa Brasil de Comunicação (EBC)¹

Autor	Partido/UF	Emenda (Número/Ano)	Autorizado	Empenhado	Despesa Executada	Pago (inclui RP)
KIKO CELEGUIM	PT/SP	44050012-2024	600.000	600.000	400.000	183.431
RUI FALCÃO	PT/SP	90320014-2024	400.000	400.000	200.000	200.000
LUIZIANNE LINS	PT/CE	37100018-2024	300.000	300.000	0	0
GLEISI HOFFMANN	PT/PR	40110009-2024	250.000	250.000	0	0
AIRTON FALEIRO	PT/PA	39010011-2024	200.000	200.000	0	0
ROGÉRIO CORREIA	PT/MG	40640024-2024	200.000	200.000	0	0
FABIANO CONTARATO	PT/ES	41800024-2024	200.000	200.000	0	0
JOÃO DANIEL	PT/SE	36910002-2024	100.000	100.000	0	0
ALENCAR SANTANA	PT/SP	39050023-2024	100.000	100.000	0	0
Total			2.350.000	2.350.000	600.000	383.431

Fonte: Siga Brasil

- De acordo com [parecer elaborado](#) pelo então Gerente Executivo Assuntos Parlamentares e Federativos, Márcio Souza da Silva, a transferência de recursos dispensaria o chamamento público em razão de regra prevista no art. 29 da [Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014](#). **Tal posição nos parece controversa diante do que parece ser um afastamento da intenção inicial do legislador, que contempla parcerias para atendimento de atividades urgentes ou emergenciais de saúde e educação.**

¹ UO EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC; funcional 04.722.4101.20B5.0001; ação/subtítulo FORTALECIMENTO DO SISTEMA PÚBLICO DE RADIODIFUSÃO E COMUNICAÇÃO-TELECOMUNICAÇÕES.

Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).

- **Frisamos que, segundo o [Regimento Interno da EBC](#), a avaliação deste projeto não está entre as atribuições de Márcio Souza da Silva, cuja função principal é manter relações com o Congresso, estados e municípios.** No entanto, o Plano de Trabalho aprovado incluía atividades claramente fora de sua alçada, como a aquisição de equipamentos de áudio e vídeo, infraestrutura de transmissão e análise de conteúdos a serem disseminados.

"Art. 66 À Gerência Executiva para Assuntos Parlamentares e Federativos compete:

I - assessorar o Diretor-Presidente e os demais dirigentes quanto às atividades do Congresso Nacional relacionadas a matérias de interesse da EBC;

II - assistir os integrantes da Diretoria Executiva e Superintendentes em audiências, reuniões e sessões no Congresso Nacional e em audiências parlamentares;

III - acompanhar as proposições de interesse da EBC em tramitação no Congresso Nacional;

IV - buscar oportunidades de financiamento e parcerias junto às representações parlamentares e federativas;

V - acompanhar e examinar matérias e pronunciamentos de parlamentares no âmbito dos plenários do Congresso Nacional e de suas comissões, relacionadas a interesses da empresa;

VI - coordenar o atendimento das demandas do Poder Legislativo Federal e de parlamentares à EBC e submeter as respostas elaboradas ao Diretor-Presidente;

VII - auxiliar o Diretor-Presidente na articulação de políticas públicas com o Congresso Nacional e os entes federativos, nas áreas de competência da EBC; e VIII - promover a articulação para assuntos federativos e parlamentares, bem como a interlocução com os governos federal, distrital, estaduais e municipais, com o Congresso Nacional, com as assembleias legislativas estaduais, com a Câmara Legislativa do Distrito Federal, com as câmaras municipais, além de Instituições, Agências e outros atores públicos".

- **Além disso, a EBC conta com diversos departamentos especializados para lidar com os assuntos do Plano de Trabalho, tornando ainda mais "atípica" a autorização concedida por Márcio Souza da Silva.** Em outras palavras, existem setores específicos na estrutura que poderiam fornecer pareceres especializados sobre o plano, com experiência para avaliar a pertinência dos equipamentos e conteúdos contratados sem licitação.

"Art. 70 Ao Gabinete da Diretoria-Geral compete:

V - acompanhar a gestão das aquisições, contratações e parcerias da Diretoria-Geral;

Art. 76 À Gerência Executiva de Telejornalismo da TV Brasil compete:

VIII - proceder às negociações com parcerias externas e internas para TV;

Art. 78 À Gerência Executiva de Imagem, Arte e Web compete:

V - proceder as negociações com parcerias externas e internas;

Art. 80 À Diretoria de Conteúdo e Programação compete:

VI - executar parcerias na produção de conteúdo;

Art. 83 À Gerência Executiva de Conteúdo compete:

Art. 85 À Gerência Executiva de Variedade compete:

VII - supervisionar e realizar prospecções e negociações com parcerias externas e internas para produção e coprodução de programas de variedades nacionais e internacionais;

IX - realizar e gerir parcerias com outras instituições, emissoras, distribuidoras e produtoras;

Art. 97 Compete à Diretoria de Operações, Engenharia e Tecnologia:

IV - prospectar e estabelecer parcerias estratégicas para posicionar a EBC como um centro de inovação em tecnologia, radiodifusão e comunicação pública.

Art. 100 Compete à Gerência Executiva de Engenharia:

III - validar sistemas de manutenção e soluções tecnológicas de áudio e vídeo destinados à produção e transmissão de conteúdos audiovisuais;

IV - prospectar soluções e tendências de tecnologias de sistemas de captação e de radiodifusão.”

- Curiosamente, o ilustre representante da entidade agraciada, [Paulo Roberto Salvador, já foi alvo de denúncia pelo Ministério Público por suposto envolvimento em lavagem de dinheiro](#). A operação em questão contou com o "apoio" do ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto. Na época, Salvador administrava a Editora Gráfica Atitude, empresa na qual o mesmo [Sindicato dos Metalúrgicos do ABC figurava como sócio](#), evidenciando uma rede que, no mínimo, merece atenção.
- **Ao justificar os convênios sob a ótica do "fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação", a EBC disfarça a verdadeira natureza do investimento: a sustentação financeira de um veículo de comunicação alinhado a um grupo político específico, o PT.**
- O caso da TVT é um exemplo notável de um paradigma de governança em que interesses partidários prevalecem sobre o interesse público, em afronta aos princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa. O Estado se transforma em mantenedor de projetos de comunicação com direcionamento claramente ideológico.
- Conforme demonstrado, a relação entre o Partido dos Trabalhadores e o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, com a TVT revela-se bastante estreita. A análise do conteúdo disponível na [página oficial do Partido dos Trabalhadores](#) corrobora essa vinculação e alinhamento, evidenciando a conexão institucional e ideológica existente. Há, inclusive, uma classificação específica (*tag*) para conteúdos da TVT no site do PT.



- A programação da TVT também reflete claramente seu alinhamento ideológico e partidário. Documentos encaminhados à EBC evidenciam o uso de recursos públicos para promover uma rede de influenciadores associados ao Partido dos Trabalhadores (PT), destacando veículos como Opera Mundi e Brasil de Fato, amplamente reconhecidos por sua afinidade com a agremiação. Além disso, a presença de programas como o de Tarso Genro, membro de honra e um dos fundadores do PT, reforça essa tendência.

3ª feira às 22h30 **TARSO GENRO**

Série de entrevistas busca organizar consensos para orientar uma nova frente no Brasil. O Instituto Novos Paradigmas (INP) e o Instituto Defesa da Classe Trabalhadora (Declatra), com o apoio da revista virtual Democracia e Direitos Fundamentais (DDF), estão promovendo o projeto “República e Democracia: o futuro não espera”. O objetivo é ouvir grandes personalidades políticas do país na busca de consensos estratégicos.

“A metodologia das entrevistas visa buscar "pontos comuns" nas ideias apresentadas pelos entrevistados, ao contrário do que é o "normal em nosso meio, que é a verificação dos "dissensos" entre as esquerdas, não de "consensos" superiores que possam informar um programa concertado, para unificar uma nova pluralidade de forças, com o propósito de enfrentar a decadência da República e a crise da democracia liberal”, destaca Tarso Genro.

Sábado às 11h30

Com 28 minutos de duração e apresentação da jornalista Luana Ibelli, o programa irá abordar temas como saúde, alimentação saudável, agroecologia, **reforma agrária e assentamentos rurais**, além de formas de como ter uma vida mais saudável de maneira leve e didática.

Para Beatriz Pasqualino, da direção do Brasil de Fato, a iniciativa vai ampliar a divulgação das experiências agroecológicas, dos saberes populares do campo e da riqueza cultural e regional brasileira que não têm o espaço adequado na mídia comercial.

6ª feira às 20h

Apresenta entrevistas aprofundadas sobre diversos temas, com personalidades da política, cultura, economia, ciência, além de outras áreas.

O programa é produzido pelo Brasil de Fato.

4ª feira às 17h GUSTAVO CONDE

Com a condução do linguista Gustavo Conde, a série “A Destruição do Brasil” pretende trazer à luz as conquistas democráticas do passado no bojo de suas **diversas feridas estruturais que eclodiram após o trauma de um impeachment sem crime de responsabilidade.**

5ª feira às 20h - VÁRIOS PARCEIROS

Reune os melhores vídeos produzidos por coletivos, artistas, produtores independentes, jornalistas e movimentos sociais sobre os temas de interesse da sociedade: direitos humanos, justiça social, cultura, arte e educação. **Os parceiros que fornecem os vídeos são a Agência Pública, A Ponte, Amazônia Real e o Instituto Socioambiental, entre outros.**

6ª feira às 17h30 ÓPERA MUNDI – BRENO ALTMAN

Todas as sextas-feiras, o fundador de Opera Mundi, Breno Altman, entrevista, uma personalidade da nova geração que está na luta por um mundo melhor e mais justo. O nome do programa surge a partir da conversa com as novas caras do debate público – aqueles com até 40 anos (ou um pouco mais) – para entender suas ideias e antecipar tendências. Em cada episódio, uma personalidade que está pautando a discussão política e cultural no país, e também no exterior, é convidada para debater diversos temas.

Sábado às 11h PASTOR ARIIVALDO RAMOS

É o programa da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito que busca disputar a narrativa da igreja evangélica brasileira diante dos **golpes à democracia desde 2016**. Há irmãos e irmãs progressistas afinados com a essência do evangelho de Jesus Cristo.

- A TVT, em seu canal no YouTube, destaca entre os conteúdos mais assistidos vídeos que criticam a Operação Lava Jato e promovem uma apologia ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essas informações foram apresentadas em um trecho do Relatório de Alcance de Público encaminhado à Empresa Brasil de Comunicação (EBC) para análise do projeto em questão.

1		Lula em entrevista ao jornalista Kennedy Alencar do UOL 21 de fev. de 2021	18:56 (22,5%)	191.906
2		Como a mídia cobriu os diálogos divulgados entre Moro e Dal... 4 de fev. de 2021	6:41 (37,2%)	137.027
3		STF libera compartilhamento da íntegra das mensagens vaza... 10 de fev. de 2021	7:44 (36,8%)	114.455
4		"Moro e procuradores da Lava Jato trabalharam em conjunto ... 8 de fev. de 2021	7:22 (34,8%)	112.475
5		Diálogos de Moro e Dallagnol podem anular processo contra ... 3 de fev. de 2021	2:24 (60,3%)	107.491

6		Luis Nassif no Entre Vistas - SERGIO MORO ACIMA DA LEI? 18 de fev. de 2021	14:03 (26,2%)	102.670
7		Vaza Jato - A Justiça foi corrompida? 17 de jun. de 2019	6:11 (35,0%)	95.620
8		*STF deve ter condições de julgar habeas corpus de Lula pedi... 10 de dez. de 2020	10:02 (27,7%)	93.954
9		Moro: mais que suspeito - Documentário desmascara crimes ... 10 de dez. de 2020	7:19 (34,9%)	78.772
10		*Desespero de Moro mostra alcance das provas em posse da... 5 de fev. de 2021	7:43 (39,7%)	77.717

- Além disso, observa-se uma ênfase exagerada na figura de Lula em retrospectivas do ano de 2024, como a seleção das "24 melhores fotos de 2024" pela TVT News, que inclui imagens do presidente em eventos públicos. Essa prática de exaltar a figura do líder político remete a estratégias de "culto à personalidade" observadas em regimes autoritários, como os de Stálin e Mao Tsé-Tung.



EDITORIAS ▾

PROGRAMAS TV ▾

RÁDIO

TVT EM DADOS

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



24 fotos de 2024: melhores momentos do ano

Das várias fotos de 2024, essas se destacam pelo significado do momento ou pela beleza da imagem

Alexandre Barbosa 30 dezembro, 2024 17:41 📌 3 janeiro, 2025 15:33



Receba notícias via whatsapp





Imagem 1: reunião do G20 no Brasil

Lula recebeu os líderes mundiais no Rio de Janeiro para a cúpula do G20.

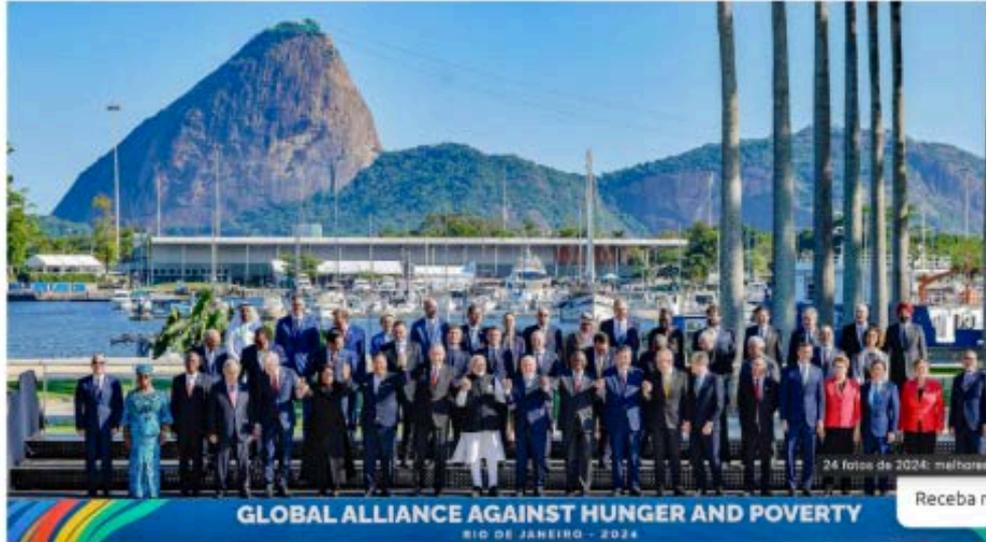


Foto oficial do G20 no Rio de Janeiro. Foto: Ricardo Stuckert/PR

24 fotos de 2024: melhores momentos do ano 1

Receba notícias via whatsapp



Imagem 2: Lula ganha prêmio pelo combate à fome

Lula foi premiado por Bill Gates como reconhecimento no combate à fome.



Lula recebeu de Bill Gates, fundador da Microsoft, o prêmio Goalkeepers 2024. Reprodução: Instagram/Ricardo Stuckert

Receba notícias via whatsapp





EDITORIAS ▾

PROGRAMAS TV ▾

RÁDIO

TVT EM DADOS

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Imagem 5: Lula pé quente no Prêmio da FIFA

O pequeno vascaíno Gui Moura foi eleito torcedor do ano no **Prêmio da FIFA**, que também reconheceu os brasileiros Vini Jr, Marta, Gabi Portilho e Thiago Maia. O torcedor vascaíno se encontrou com Lula em 2024.



Melhor torcedor do ano, o menino Gui foi recebido pelo presidente Lula. Foto: Ricardo Stuckert

Receba notícias via whatsapp



EDITORIAS ▾

PROGRAMAS TV ▾

RÁDIO

TVT EM DADOS

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Imagem 6: encontro de gigantes da América Latina

A foto de **Lula ao lado de Mujica**, companheiro e ex-presidente do Uruguai foi um dos melhores momentos de 2024 e está na **história da América Latina**.



Receba notícias via whatsapp



Imagem 7: a volta do Zé Gotinha

Desde que Lula voltou à presidência acabou o negacionismo na **saúde**. O símbolo da **vacina** é o Zé Gotinha, que esteve ao lado o presidente em vários momentos, como quando o Brasil recebeu **certificados pela erradicação de doenças**.



Brasil comemorou o aumento da vacinação infantil. Foto: Ricardo Stuckert / PR

Receba notícias via whatsapp

- A TVT, que deveria usar os recursos públicos para o bem coletivo, está, na prática, bancando um merchandising político do tipo "não deixe de votar no PT". O uso de verba pública para promover figuras políticas é incompatível com qualquer código de moralidade e impessoalidade, transformando a administração pública em "puxadinho" do PT. Não é só um erro de cálculo, mas uma violação dos princípios éticos e legais que governam o uso do erário público.
- A relação direta da TVT com o Partido dos Trabalhadores (PT) se configura como um uso indevido de recursos públicos, desviando dinheiro do contribuinte que deveria ser destinado a áreas essenciais, como saúde e educação. Em vez disso, a emissora promove uma agenda política disfarçada de programação, servindo quase como uma extensão do marketing eleitoral do PT, sem recorrer ao "Fundo Eleitoral", já que se beneficia do Orçamento Geral da União por meio de emendas parlamentares. Esse desvio de finalidade levanta questionamentos sobre o destino dos recursos que, ao invés de beneficiar a população, são usados para promover interesses partidários.
- Onde estão os recursos que deveriam beneficiar a população? Será que estão na saúde, educação ou na TVT fazendo propaganda disfarçada? Uma coisa é certa: o Partido dos Trabalhadores, com seus parlamentares, parece achar que o Brasil tem orçamento para tudo – menos para o que realmente importa.



“Sob Lula 3, a EBC virou mais um puxadinho do PT, uma máquina de propaganda eleitoral bancada pelo pagador de impostos! O dinheiro que deveria informar os brasileiros está financiando aliados e narrativas do governo. A censura é seletiva, os contratos são obscuros e a moralidade foi rasgada! Diante desse escândalo, acionamos o TCU e a PGR para investigar o uso político da EBC e barrar mais esse aparelhamento vergonhoso da máquina pública!”

Sen. Rogério Marinho (PL-RN).

“Protocoliei um pedido de informações junto ao #MinistérioDasComunicações para que tenhamos esclarecimentos sobre o absurdo convênio, de mais de R\$ 2 milhões, firmado pela #EBC e o Sindicato dos Metalúrgicos do #ABC e a #CUT. Dinheiro público não é para ficar molhando mão de amiguinho.”

Sen. Jorge Seif (PL-SC).



4 AGRO

Inflação dos alimentos: O Governo está perdido

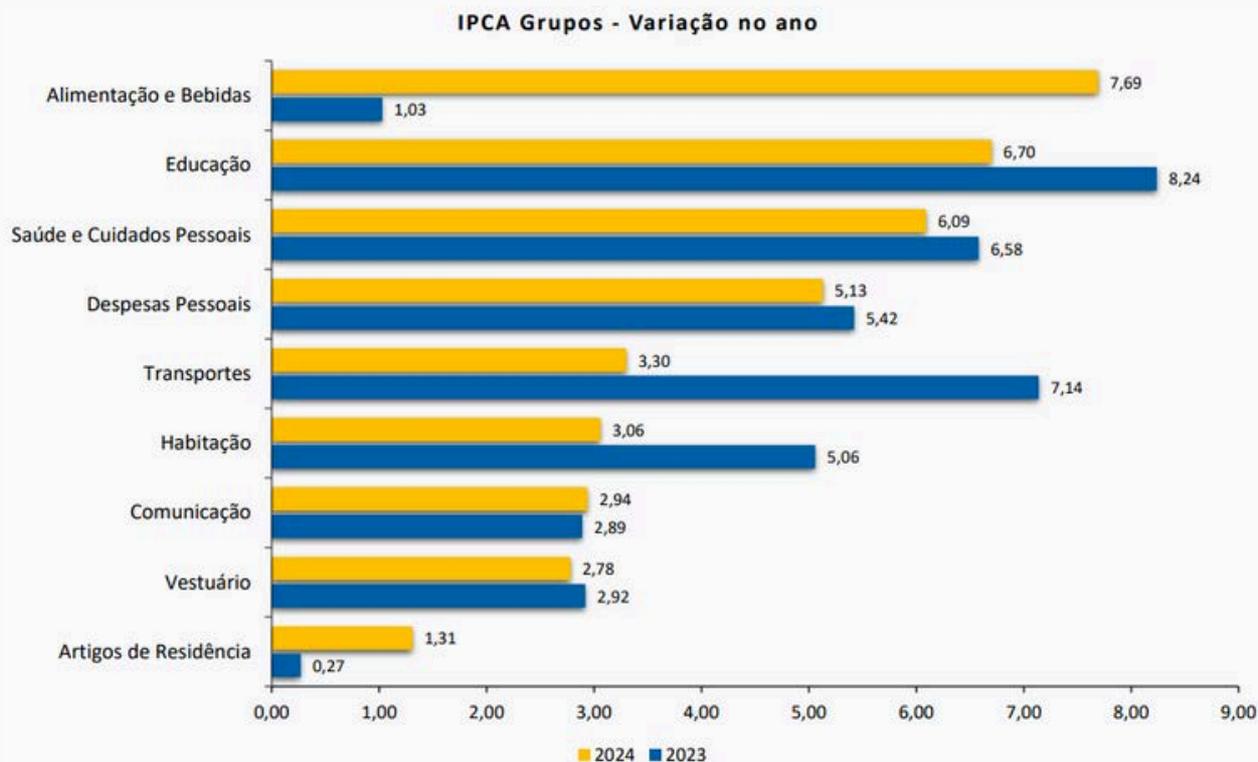
A alta da inflação dos alimentos no Brasil, impulsionada pelo aumento dos gastos públicos e pela desvalorização do real, tem reduzido o poder de compra da população. O governo responde com justificativas frágeis e propostas intervencionistas que, longe de resolver o problema, podem agravar a situação, gerando insegurança no setor produtivo e mais pressão sobre os preços.

Contexto

Em 2024, o Brasil registrou a quinta maior inflação de alimentos entre os países do G20, bloco que reúne as 19 principais economias globais. De acordo com o IBGE, a alta foi de **7,69%** no último ano, ficando atrás apenas da Argentina, Turquia, Rússia e Índia, conforme apontado pela agência de risco Austin Rating.



Um dos principais fatores que pressionaram a inflação no país foi o aumento expressivo no preço das carnes, que subiram **20,84%** no período. Esse avanço representou um impacto de 0,52 ponto percentual na taxa anual do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que fechou o ano em 4,83%.



Fonte: [IPCA e IPCN - Dezembro de 2024](#), IBGE.

Durante a campanha eleitoral de 2022, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) declarou que, sob o governo de Jair Bolsonaro (PL), os brasileiros perderam poder de compra e garantiu que a população de baixa renda voltaria a consumir proteína animal.

No entanto, em 2024, o **preço da picanha aumentou 8,74%**, conforme dados do IBGE. Dentro do subgrupo “carnes”, esse corte registrou a terceira menor alta no último ano. O maior aumento foi observado no acém, cujo preço subiu 25,24%, seguido pelo patinho, com acréscimo de 24,13%, e pela pá, que encareceu 22,90%.



Negacionismo fiscal

A principal justificativa do aumento expressivo da inflação brasileira, quando comparada com outros países que não passam por guerras ou crises econômicas, é uma só: **O aumento descontrolado do gasto público.**

Na tentativa de suprir a fome insaciável do atual governo por dinheiro, são duas as formas:

▶ **Necessidade de aumento da arrecadação:**

A arrecadação federal bateu recorde em 2024, somando R\$ 2,71 trilhões, aumento de 9,62% em 2024 ante 2023.

A arrecadação cresce com o aumento da carga tributária, corte de incentivos fiscais e/ou crescimento da atividade econômica. O resultado foi uma soma dos três fatores. Contudo, destacamos o crescimento da atividade econômica se deu por forte injeção de recursos públicos em projetos e obras, em sua grande maioria, ruins para o país.

▶ **Crescimento da dívida pública e aumento da impressão de dinheiro:**

Em 2024, o governo brasileiro aumentou a base monetária em R\$ 28,3 bilhões, passando de R\$ 422,9 bilhões em dezembro de 2023 para R\$ 451,2 bilhões em dezembro de 2024, um crescimento de 6,7%.

Além disso, a Dívida Pública Federal (DPF) aumentou em R\$ 796 bilhões, passando de R\$ 6,52 trilhões em 2023 para R\$ 7,316 trilhões em 2024, um crescimento de 12,2%.

Esse aumento na base monetária indica a maior disponibilidade de dinheiro na economia, mas a maior parte da liquidez se dá por meio da dívida pública, que financia o déficit do governo e influencia a quantidade de dinheiro disponível indiretamente.

O problema está nas consequências que a política econômica adotada pelo governo Lula traz para o país, como **a perda do poder de compra do Real no mercado doméstico, a desvalorização do Real frente a outras moedas e a fuga de capital estrangeiro do país.**

REAL TEM 6ª MAIOR DESVALORIZAÇÃO FRENTE AO DÓLAR EM 2024

variação da cotação das moedas de 1º de janeiro a 30 de dezembro de 2024



posição			variação %
1º	libra sul-sudanesa	Sudão do Sul	-72,0
5º	bolívar	Venezuela	-30,8
6º	real	 Brasil	-21,8
7º	peso argentino	Argentina	-21,6
9º	peso mexicano	México	-17,3
10º	lira turca	Turquia	-16,4
11º	rublo da Rússia	Rússia	-16,2
14º	peso colombiano	Colômbia	-12,1
16º	won	Coreia do Sul	-11,8
21º	iene	Japão	-10,0
37º	euro	Zona do Euro	-6,1
61º	rupia indiana	Índia	-2,7
62º	renminbi	China	-2,6
69º	libra esterlina	Reino Unido	-1,6
118º	xelim	Quênia	21,6



desempenho do real só não foi pior que o das moedas de países pobres e com problemas econômicos

obs.: valores foram arredondados para facilitar a leitura
 fonte: Austin Rating

PODER
360

30.dez.2024

Fonte: Poder360.

Paridade de preços internacionais

Uma das características das commodities é a paridade de preços internacionais. Ou seja, o valor do produto a ser pago no mercado doméstico é formado pelo valor internacional daquele determinado produto, ajustado ao câmbio.

Logo, quanto maior a desvalorização de nossa moeda, maior será o preço final do produto ao consumidor e maiores serão os custos de produção para os agricultores. Pois assim como os produtos agrícolas, o insumos (fertilizantes, defensivos, sementes, etc.) necessários para sua produção também seguem a mesma lógica do mercado internacional.

Neste sentido, o aumento da carga tributária, somado à desvalorização do real, tornaram-se os protagonistas do aumento dos preços dos alimentos.

Desculpas esfarrapadas de cabeças desconectadas da realidade

Na busca por narrativas que possam utilizar para justificar o problema, Lula e alguns de seus ministros cometeram boas atrocidades e viraram alvos fáceis nas redes sociais:

▶ Vamos fazer intervenções nos preços:

“Vamos fazer algumas reuniões com Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Fazenda para buscar conjunto de intervenções que sinalizem para o barateamento dos alimentos”, [disse](#) o ministro Rui Costa, à CNN.



▶ Tá cara a laranja, compre outra fruta:

“O preço internacional está tão caro quanto aqui. O que se pode fazer? Mudar a fruta que a gente vai consumir. Em vez da laranja, outra fruta. Não adianta baixar a alíquota, porque não tem produto lá fora para colocar aqui dentro”, [disse](#) o ministro Rui Costa.



▶ Empresários precisam se explicar:

“Quando eu cheguei à Presidência, o preço do óleo de soja tinha caído para R\$ 4, agora subiu para R\$ 9, R\$ 10, ou seja, qual é a explicação?”

“Não tenho outra coisa a não ser chamar os produtores para saber por que o preço da carne, que tinha caído 30%, voltou a subir.”

“Não tem sentido fazer um sacrifício enorme de realizar políticas públicas para que o dinheiro chegue na ponta e depois esse dinheiro ser comido pela inflação”,

Lula, em [coletiva](#) no Planalto.



➤ **A culpa é da ganância do empresariado brasileiro:**



*“Se todo mundo tivesse a consciência e **não comprar aquilo que está caro**, quem está vendendo vai ter que baixar para vender, senão vai estragar. Isso é da sabedoria do ser humano. Esse é um processo educacional que nós vamos ter que fazer com o povo brasileiro”*,

Lula, em **entrevista** às rádios Metrópole e Sociedade, da Bahia.



➤ **Meu malvado favorito de Lula:**

*“O problema é o seguinte: tivemos um aumento do dólar porque a gente teve um Banco Central totalmente irresponsável, que deixou uma arapuca que a gente não pode desmontar de uma hora para a outra. Não se pode dar um cavalo de pau no Brasil”, **disse** Lula em entrevista.*



➤ **Vamos reajustar o Bolsa Família, que resolve:**

“Vamos tomar uma decisão dialogando com o presidente, porque isso repercute. Será um ajuste? Será um complemento na alimentação?

[...]

está na mesa.”

Ministro Wellington Dias, em **entrevista** ao Uol.



➤ **Tá caro o alface, substitua por chicória:**

*“A regra da oferta e procura também regula preço. Se você tem mais oferta, você regula para baixo, se tem pouca oferta, coloca o preço pra cima. Então acho que isso é um processo para a sociedade, inclusive, refletir. Muitas vezes, a própria imprensa fala ‘olha, tal coisa tá cara’, substitui por outra. A alface tá cara? Substitui por chicória. Dando um exemplo, né?”, **disse** o ministro Luiz Marinho.*



Propostas malucas, que agravariam a situação

O governo Lula tem apresentado uma série de propostas intempestivas para tentar conter a alta dos alimentos no Brasil, mas a falta de nexo tem levado ao recuo em praticamente todas elas. Entre as medidas discutidas, estavam a taxaço das exportações do agronegócio, a flexibilização da validade dos alimentos e a mudança nas regras do vale-refeição.

Embora justificadas como formas de aliviar a pressão sobre os preços, essas iniciativas esbarraram em críticas da população, de especialistas e até de aliados, revelando a fragilidade do governo na condução da política econômica e seu despreparo ao evitar enfrentar o real problema.

Algumas das medidas:

➤ Consumir alimentos vencidos

O governo Lula absorveu [proposta](#) para alterar as regras de validade dos alimentos, supostamente para reduzir desperdícios. Contudo, ao ventilar nos veículos de comunicação, a proposta gerou forte reação de especialistas e da sociedade, que alertaram para os riscos à saúde pública e possíveis prejuízos aos consumidores. A ideia foi abandonada após intensa pressão.

➤ Taxar as exportações

O governo Lula enfrenta [pressão](#) dentro do próprio PT para adotar medidas intervencionistas contra a alta dos alimentos, incluindo a taxaço das exportações do agronegócio. Apesar de ter defendido essa ideia no passado, o ministro Paulo Teixeira (PT) afirmou que a proposta "não tem chance de prosperar", em meio à resistência do mercado e do setor ruralista. Economistas alertam que essa medida poderia gerar um colapso na produção e um efeito inflacionário futuro, como ocorreu na Argentina sob os Kirchner.

➤ Portabilidade de VR (Vale-Refeição)

O governo Lula, por meio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, [propôs](#) mudanças na regulamentação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), visando reduzir os preços dos alimentos ao facilitar a portabilidade entre vales-refeição e vales-alimentação. No entanto, a Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT) [criticou](#) a iniciativa, classificando-a como uma "falácia" e afirmando que não há relação direta entre a portabilidade dos vales e a redução dos preços dos alimentos. A ABBT argumenta

que a medida pode, na verdade, aumentar os custos para os estabelecimentos comerciais, resultando em repasse de preços aos consumidores.

▶ **A volta dos estoques públicos reguladores**

O governo pretende alocar do orçamento **R\$ 5 bilhões para formar estoques reguladores de alimentos básicos**, como arroz, feijão e trigo, visando mitigar as flutuações de preços. O governo parece não entender a lógica básica de qualquer mercado. Ao entrar como player no mercado competindo com a demanda e retirando alimentos de circulação para armazenar, o preço irá subir ainda mais e agravar a situação.

Para concretizar essa iniciativa, o ministro Paulo Teixeira, **afirmou** que utilizariam dois instrumentos: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e compras diretas do produtor (Contrato de Opção de Venda Pública – COV Público).

PAA: O PAA é direcionado para a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar e sua produção não possui representatividade alta para combater a inflação dos produtos alvos do ministro (arroz, feijão e trigo).

COV Público: Os contratos de opção fazem parte da Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal (PGPM). De acordo com a metodologia do instrumento, o governo somente conseguiria adquirir produtos para a formação de estoques públicos caso os preços praticados no mercado estejam menores que os custos para sua produção (custos variáveis). Em outras palavras, torna-se improvável que o governo consiga adquirir esses produtos em momento de alta de preços como o que estamos vivenciando.



Sen. Tereza Cristina
(PP-MS), no
[Instagram](#).

“A inflação de alimentos subiu nos últimos meses e o governo Lula 3 só demonstrou preocupação quando sua popularidade foi afetada. Surgiram então várias ideias atabalhoadas de “intervenção” nos preços.

Agora, depois das fraudes que levaram em 2024 à suspensão do leilão do arroz, querem dar R\$ 1 bilhão para Conab comprar e estocar alimentos! Conab que não teria, pra começar, onde estocar esses grãos, pois já faltam armazéns para nossa safra.

Quem não se lembra como a ineficiência estatal, de triste memória, deixou alimentos estragarem ou perderem a validade no programa de estoques reguladores? Sem falar nos desvios! Mas querem insistir no erro!

Ora, temos de tratar esse tema complexo com a maturidade e realismo.”

Essas propostas do governo Lula para conter a alta dos alimentos demonstram uma abordagem errática e reativa, marcada por improvisos e recuos diante da pressão popular. Em vez de atacar as causas da inflação alimentar, o governo aposta em medidas intervencionistas que podem gerar efeitos colaterais graves, como desabastecimento, insegurança jurídica e retração dos investimentos no setor.



O novo Decreto nº 12.373/2025, e o aumento da tensão no campo

O Decreto nº 12.373/2025 ampliou significativamente o poder da Funai, permitindo ações como interdição de terras, apreensão de bens e até retirada compulsória de terceiros de “áreas indígenas”. Sua aplicação extrapola as Terras Indígenas homologadas, atingindo também propriedades rurais tituladas, gerando insegurança jurídica no campo.

Análise

O governo Lula editou o [Decreto nº 12.373, de 31 de janeiro de 2025](#), que regulamenta o poder de polícia da Funai, reflexo de uma exigência ([ADPF 709](#)) da Suprema Corte.

O novo poder de polícia da Funai não se restringirá aos considerados invasores grileiros e garimpeiros ilegais em Terras Indígenas (TIs), com até o envolvimento do crime organizado, que tanto vemos no noticiário do dia a dia.

Conforme estabelecido pelo Decreto, destacamos que confere à Funai autoridade para interditar ou restringir o acesso a terras, apreender ou destruir bens utilizados para a "prática de infração", entre outras medidas.



“Art. 4º Em caso de risco iminente aos direitos dos povos indígenas, a Funai poderá adotar, motivadamente, entre outras, na forma do disposto em lei, as seguintes medidas cautelares:

I - **interditar ou restringir o acesso** de terceiros a terras indígenas, por prazo determinado e prorrogável;

II - [...]

III - **determinar a retirada compulsória** de terceiros das terras indígenas quando houver evidência de prejuízo ou risco iminente para os povos ou para as terras indígenas;

IV - [...]

V - [...]

VI - **apreender bens ou lacrar instalações de particulares empregados na prática de infração**; e

VII - realizar, excepcionalmente, a **destruição**, a **inutilização** ou a destinação de bens utilizados na prática de infração.”

Trechos do Art. 4º, do [Decreto 12.373/2025](#).

O problema é que, tanto o atual governo quanto o STF, têm adotado o entendimento de que a demarcação de TIs seja um ato **meramente declaratório**. Entendimento que ignora completamente o Direito de Propriedade (CF, Art. 5º, inciso XXII). Ou seja, o novo poder da Funai não se limitará apenas às TIs **homologadas** (reconhecidas e indiscutivelmente indígenas).

Logo, até mesmo os proprietários rurais que possuem seus títulos de terras legitimamente outorgados pelo Estado ficarão expostos às intervenções da Funai, uma vez que considerarem suas propriedades áreas de **interesse indígena**.

Para coibir tal medida irresponsável e inconstitucional, o senador Marcos Rogério (PL-RO) protocolou o [PDL 47/2025](#), que susta o Decreto 12.373/2025. É importante que a proposição seja objeto de debate e apreciação pelos parlamentares, a fim de frear o avanço da militância ideológica inescrupulosa do atual governo.



“O governo Lula assinou um decreto que dá superpoderes à Funai, permitindo que interdite terras, apreenda bens e até expulse produtores de suas próprias propriedades, mesmo em áreas que nem foram demarcadas oficialmente. Isso não é proteção, é insegurança jurídica na veia.”

Sen. Marcos Rogério (PL-RO), no [Instagram](#).

Crise no crédito rural escancara importância do FIAGRO – Veto de Lula é um golpe ao financiamento do Agro

A retração do crédito rural reforça a importância do financiamento privado para o agronegócio, com o FIAGRO emergindo como peça-chave na captação de recursos. No entanto, o veto presidencial à isenção tributária desses fundos ameaça a competitividade do setor, comprometendo investimentos e a sustentabilidade da produção agropecuária.

A queda expressiva no crédito rural evidencia a crescente necessidade de alternativas de financiamento para o agronegócio. Com a retração dos recursos contratados do **Plano Safra 2024/2025**, o **FIAGRO** emerge como uma ferramenta essencial para manter o fluxo de investimentos no setor.

No entanto, o **veto** do presidente Lula à isenção tributária dos FIAGROS ameaça esse instrumento fundamental, colocando em risco a competitividade e o desenvolvimento sustentável do agro brasileiro. A análise dos números comprova que o financiamento privado, longe de ser um complemento, tornou-se a espinha dorsal do setor.



Crédito Rural

O desempenho do crédito rural nos primeiros seis meses da safra **2024/2025** revela uma **queda de 20,5% no volume de recursos liberados**, totalizando **R\$ 207,6 bilhões**, contra **R\$ 261 bilhões** no mesmo período da safra anterior. O número de operações também **caiu 10,5%**, refletindo uma menor acessibilidade ao crédito rural. A agricultura empresarial, que responde pela maior parte da produção agropecuária, sofreu a maior contração: **31,5% de redução no valor contratado** e **31,6% no número de operações**. O crédito para custeio, principal motor da produção, teve um recuo de 14,1%, enquanto as linhas para investimento caíram 17,8%, industrialização 44,3% e comercialização 38,6%.

CRÉDITO RURAL TOTAL (AGRICULTURA FAMILIAR + EMPRESARIAL) - VALORES ACUMULADOS JUL/DEZ



Fonte: [Acompanhamento do Crédito Rural - Edição nº 12 \(Janeiro/2025\) Faesp/BCB](#).

Fundo de Investimento em Cadeias Agroindustriais (FIAGRO)

Diante desse cenário de **restrição do crédito rural**, o crescimento vertiginoso dos FIAGROs comprova que o financiamento privado é solução viável para a continuidade do investimento no setor. O patrimônio líquido desses fundos **cresceu 360% entre novembro de 2022 e novembro de 2024, saltando de R\$ 8,9 bilhões para R\$ 40,9 bilhões**. Apenas entre 2023 e 2024, o crescimento foi de **109%**, e o número de fundos em operação mais que triplicou, indo **de 36 para 119**, um aumento de **231%**. Esses dados demonstram o crescente interesse do mercado no setor agropecuário e a importância dos FIAGROs na captação de recursos para investimentos estratégicos.

Quadro Resumo

Valor do Estoque de Títulos e Patrimônio dos Fiagro

Instrumentos	Estoque/Patrimônio Líquido (R\$ bilhões)					Variação			
	dez/2020	dez/2021	dez/2022	dez/2023	dez/2024	24/20	24/21	24/22	24/23
CPR	22,27	117,92	233,09	302,14	476,70	2041%	304%	105%	58%
LCA	107,40	178,04	336,44	459,03	516,99	381%	190%	54%	13%
CDCA	9,68	20,09	29,42	31,13	37,73	290%	88%	28%	21%
CRA	48,10	67,11	98,84	127,74	152,24	217%	127%	54%	19%
	nov/2020	nov/2021	nov/2022	nov/2023	nov/2024	24/20	24/21	24/22	24/23
Fiagro*	-	1,00	8,90	19,57	40,90	-	3990%	360%	109%

Fonte: B3, CERC, CRDC, CVM e Anbima

Elaboração: MAPA/SPA/DEFIN/CGMF

*Operações iniciaram em ago/21. Dados atualizados até nov/24 em função de alterações no Sistema de Gestão de Fundos de Investimento da CVM.

Fonte: [Boletim do Agro - Finanças Privadas - Janeiro 2025/MAPA.](#)

Conclusão: Erro estratégico

Se o financiamento público não acompanha a demanda do setor e o FIAGRO está assumindo esse papel, a decisão de tributar esses fundos é **um erro estratégico gravíssimo**. O setor agropecuário é o grande responsável pelo saldo positivo da balança comercial brasileira e pelo abastecimento interno de alimentos. Criar barreiras ao financiamento privado nesse momento significa estrangular o crescimento e reduzir a competitividade do Brasil no mercado internacional. A agricultura precisa de um fluxo contínuo de investimentos, e a taxação dos FIAGROS pode inviabilizar a expansão desse modelo de financiamento.

Diante disso, o parlamento deve se mobilizar para **derrubar o veto de Lula à isenção tributária dos FIAGROS**. O Congresso Nacional tem a responsabilidade de garantir que o agronegócio continue a ter acesso a fontes de financiamento robustas, sem a interferência de medidas ideológicas que prejudicam a produção.



Governo ignora produtores rurais e privilegia comunidades tradicionais em florestas públicas

O Governo Federal publicou a Portaria Conjunta MMA/MDA N° 1.309, de 4 de fevereiro de 2025, para regularizar o uso de florestas públicas federais não destinadas na Amazônia Legal. No entanto, a medida exclui produtores rurais da regularização, favorecendo exclusivamente povos e comunidades tradicionais, gerando insegurança jurídica e ameaçando a produção agropecuária na região.

Análise

A [Portaria MMA/MDA N° 1.309/2025](#) visa regulamentar a ocupação em áreas de florestas públicas federais não destinadas (FPFND), mas restringe a regularização apenas para povos e comunidades tradicionais, ignorando milhares de produtores rurais que há décadas produzem de maneira pacífica e sustentável. Essa exclusão contraria princípios fundamentais da regularização fundiária, que deveria garantir segurança jurídica a todos os ocupantes de boa-fé.



Segundo a CNA, há mais de **291 mil cadastros sobrepostos a florestas públicas não destinadas** nos nove estados da Amazônia Legal, sendo **85% dessas propriedades de até 4 módulos fiscais** – ou seja, pequenos produtores que dependem da titulação para acessar crédito rural e investir em melhorias produtivas. A portaria do governo federal, ao privilegiar um único grupo, compromete a equidade no ordenamento territorial e a economia do setor agropecuário.

Outro ponto alarmante é o **curto prazo de apenas 15 dias para contestação**, conforme previsto no Art. 32 da Portaria. Esse período é insuficiente para que os produtores afetados consigam reunir documentos e contestar a destinação de suas áreas para comunidades tradicionais. Isso fere o princípio do contraditório e da ampla defesa, colocando milhares de famílias em situação de extrema vulnerabilidade fundiária.

Além disso, o texto da portaria menciona que títulos e registros fundiários poderão ser destacados do **Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU)** das comunidades tradicionais caso sejam identificadas sobreposições. No entanto, **não esclarece a situação dos pequenos produtores que já possuem processos de titulação em andamento**, abrindo margem para o cancelamento de títulos legítimos e retrocessos na política de regularização fundiária.

A regularização fundiária é essencial para garantir o cumprimento da **função social da propriedade**, combater a grilagem e fomentar o desenvolvimento sustentável da Amazônia. No entanto, o governo optou por uma abordagem ideológica, que desconsidera o papel do agronegócio na região e prejudica pequenos e médios produtores rurais.

Conclusão

Diante dessas graves falhas, o [PDL 63/2025](#), apresentado pelo senador Jaime Bagattoli, propõe **sustar os efeitos da Portaria MMA/MDA N° 1.309/2025**, restaurando o equilíbrio na política fundiária da Amazônia. A oposição no Senado deve pressionar para a aprovação do PDL, garantindo que a regularização seja estendida a todos os ocupantes de boa-fé, sem discriminação.

Além disso, é essencial que **os produtores rurais sejam incluídos nos processos de regularização fundiária**, assegurando-lhes o direito à propriedade e à segurança jurídica. A bancada da oposição deve impedir que medidas autoritárias e excludentes prejudiquem o setor agropecuário e o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

5 ECONOMIA

Carta de Intenções de Haddad mostra conflito de narrativas dentro do governo

Prioridades da pasta mostram compromisso com erros do passado e esbarram na falta de credibilidade da política fiscal

Introdução

- Com as eleições nas presidências na Câmara e no Senado, o Ministro da Fazenda entregou uma [carta de intenções](#) com as prioridades da pasta para os próximos dois anos. No entanto, um exame detalhado das propostas sugere um descompasso entre os objetivos declarados e a realidade da gestão fiscal e econômica do governo. A carta, ao invés de apresentar um plano consistente e viável para o fortalecimento da economia, revela contradições, falta de transparência e estratégias que podem comprometer ainda mais a estabilidade fiscal do país.



- O compromisso com o fortalecimento do arcabouço fiscal, por exemplo, parece mais uma tentativa retórica do que uma diretriz genuína de política econômica. O governo tem historicamente fragilizado esse arcabouço ao permitir aumentos de gastos sem a devida compensação, criar exceções arbitrárias às metas fiscais e modificar metodologias para justificar déficits maiores do que os anunciados.
- Dessa forma, a carta de intenções do Ministro da Fazenda se apresenta como um documento de intenções políticas frágeis, sem um plano claro de execução ou uma base técnica consistente. O contraste entre o discurso do Ministro e as declarações do próprio presidente Lula evidenciam a falta de alinhamento dentro do governo, enfraquecendo ainda mais a credibilidade das promessas feitas.
- Considerando esses aspectos, analisamos quatro pontos principais das prioridades do Ministério da Fazenda.

Ponto 1 - Fortalecimento do arcabouço fiscal, para assegurar expansão sustentável do PIB, desemprego e inflação baixos e estabilidade da dívida

- A intenção de fortalecer o arcabouço fiscal, apesar de positiva, carece de credibilidade. As ações do governo foram na direção de desmoralizar o arcabouço fiscal, fragilizando a situação econômica e elevando a dívida do país. Dentre os pontos passados mais graves, citamos:
 - ↳ “O Pecado Original”: o governo estabeleceu o arcabouço sobre uma base de gastos impulsionada pela PEC de Transição, que acresceu R\$ 170 bilhões em despesas.
 - ↳ A estratégia do governo foi a de elevar a carga tributária para correr atrás das despesas. Isso aumentou o ônus da tributação sobre os brasileiros e, pelo desenho do arcabouço, ensejou mais gastos baseados no aumento de arrecadação.
 - ↳ Optou-se por permitir aumento de gastos reais (mínimo de 0,6%) mesmo que a meta de primário seja descumprida.
 - ↳ Divulgou-se, falsamente, que [perseguir o centro da meta de primário seria inconstitucional](#). Isso motivou o governo a usar o limite inferior da meta como verdadeira meta de primário.
 - ↳ Apesar de se estabelecer uma banda de tolerância para a meta, todos os gastos extraordinários, como os referentes à catástrofe no Rio Grande do Sul e as queimadas recordes, foram excepcionados da meta de primário. Com isso, a banda inferior se tornou uma licença para mais gastos e não um mecanismo para acomodar esses tipos de eventos.

- ↳ Também foram excepcionados gastos que pertencem claramente ao primário, como os referentes ao pé-de-meia, que já foi reconhecido pelo TCU como uma pedalada do governo Lula III.
- ↳ Considerando que 2023 foi um ano “sem meta” para o governo, criaram-se artifícios para antecipar despesas de 2024 em 2023 e postergar receitas de 2023 para 2024, dando uma ilusão de melhora para o ano passado. Isso elevou o déficit de 2023 e amenizou as contas para 2024 ao custo de maior dívida pública.
- ↳ Convenientemente, [modificou-se, em 2024, a metodologia de déficit estrutural para argumentar que o superávit do governo Bolsonaro teria sido um déficit](#). O que se esquece é que [a relação dívida/PIB na gestão Bolsonaro caiu, enquanto a dívida/PIB na gestão Lula III caminha para uma rota explosiva](#).
- ↳ O pacote de gastos do governo seria totalmente anulado pela isenção do imposto de renda para pessoas que recebem até R\$ 5.000,00. Dessa forma, o pacote de medidas não teria condições de estabilizar a dívida pública brasileira.
- ↳ O governo vem usando as estatais para impulsionar gastos de viagens, publicidade, investimentos do PAC e pessoal, o que teve como consequência o pior déficit já registrado para as estatais.
 - Além desse histórico, citamos também o resultado prático das contas públicas em 2024. O governo divulgou um resultado de -0,1% do PIB de déficit. Especialistas em contas públicas, no entanto, calculam que esse déficit, na realidade, é de [pelo menos -0,7% nas contas mais otimistas e de -2,1% nas contas mais realistas](#). Em ambos os casos, o déficit é significativamente pior do que se divulga nas estatísticas do governo.
 - A consultoria da Câmara dos Deputados também questiona as estimativas orçamentárias para 2025. De acordo com os servidores, a realidade das contas prevê gastos [de R\\$ 22,8 bilhões a mais do que se divulga no orçamento](#). Isso mostra que a estratégia de subestimar despesas e superestimar receitas, como se fez com as estimativas de arrecadação do CARF, continuam neste ano.
 - Por fim, para demonstrar que a carta de intenções do Ministro da Fazenda se distancia das vontades do presidente, reproduzimos a fala do presidente Lula:

“Meu compromisso é com a responsabilidade fiscal. Se houver necessidade de fazermos alguma coisa, nós [governo] nos reunimos. Mas se depender de mim, não haverá mais nenhuma medida fiscal”



Ponto 2 - Reforma tributária sobre a renda com isenção de IRPF para quem ganha até R\$ 5 mil e tributação sobre o topo da pirâmide de renda

- Uma das medidas anunciadas, desde o ano passado, foi a de isentar de imposto de renda as remunerações de até R\$ 5.000. Sabe-se, contudo, que [o custo dessa isenção é de pelo menos R\\$ 51 bilhões](#), mas pode alcançar até R\$ 235 bilhões. Lembramos que essa redução na arrecadação tem por consequência, também, a redução da arrecadação dos fundos de participação dos estados e dos municípios.
- Como possível compensação, divulga-se a tributação de super ricos com uma alíquota mínima de imposto de renda. No entanto, as estimativas de arrecadação dessa medida não foram divulgadas. Sabe-se, contudo, que especialistas vêm apontando que a medida não é capaz de compensar toda a isenção, sobretudo se a opção for a de corrigir toda a tabela do IR.
- O principal receio, portanto, é que a política seja meramente populista, ignorando as reais condições do país em acomodar a isenção proposta ao orçamento público.



Ponto 3 - Limitação dos supersalários

- Vê-se positivamente a limitação aos supersalários, sobretudo no âmbito do judiciário. A experiência da tramitação da medida, no entanto, se mostrou problemática. O governo acabou por transformar a lei complementar que moralizaria os salários do serviço público em lei comum, ignorando o projeto já adiantado do Senado que poderia ser votado.
- Pior do que isso é que a lei proposta consagrava os supersalários em vez de limitá-los. A consequência disso é que todos os absurdos perpetrados por órgãos como o CNJ, que se mantém legislando, regulamentando temas de competência do Executivo e adicionando penduricalhos aos membros do judiciário e do Ministério Público.
- Portanto, observando a experiência recente, vemos com descrença a medida colocada na carta de intenções de Haddad.

Ponto 4 - Compra pública com conteúdo nacional e programa de desafios tecnológicos para a transformação ecológica

- Um ponto de preocupação para a oposição é a estratégia de dobrar a aposta na política de conteúdo local ao adicionar na carta de intenções a ideia de aumentar esse mecanismo em obras do PAC, em fundos regionais e no Fundo Clima.
- Não faltam evidências para os prejuízos desse tipo de política no país. Para citar alguns, mencionamos os erros nos setores de [petróleo e gás](#), [saúde](#) e da [indústria naval](#). Em [análises conduzidas pela OCDE](#), que olhou para o setor de petróleo no Brasil, verificou-se os erros desse tipo de política, que tendem a surgir como substitutos de verdadeiros motores de crescimento como a estabilidade macroeconômica e a educação.
- Uma crítica recorrente ao mecanismo é que ao obrigar o uso de conteúdo local, as empresas acabam por usarem insumos mais caros do que usariam se pudessem optar livremente, encarecendo o custo final dos produtos. Com isso, a indústria em questão tem dificuldades em competir internacionalmente. Essa dificuldade incentiva mais proteção ao setor por parte do setor público, perpetuando uma situação de alta ineficiência e altos custos para o país.

6

CULTURA

A “Lulaflix” será lançada pelo Ministério da Cultura, refletindo a marca de um governo que cria despesas contínuas

Ao invés de fomentar parcerias e firmar acordo com órgãos e instituições que dispõem de serviços de difusão de conteúdo sob demanda, o governo Lula gasta dinheiro público para desenvolver e lançar plataforma com pouco mais de 400 obras audiovisuais, e outras já licenciadas ao governo federal.

- A “Lulaflix” apresentada pelo Ministério da Cultura - MinC durante a 28ª Mostra de Cinema de Tiradentes (24/01/25 a 1º/2/25), visando a difusão do cinema nacional, parece ignorar a disponibilidade e o acesso gratuito conferido a várias obras cinematográficas nacionais de clássicas a premiadas em mostras, seja pela internet, ou por projetos idealizados por prefeituras, instituições governamentais e até mesmo instituições privadas, que em parte gozam de benefícios fiscais para tais fins.



- Ao que parece, pontos relevantes que deveriam ter sido levados em consideração quando da tomada de decisão do gasto público podem ter sido ignorados. Inovação do projeto, definição de bases para concorrer com outras plataformas de difusão desse tipo de conteúdo sob demanda, seu real impacto ao longo do tempo (custos de manutenção), e, senão o principal, o interesse por parte da população brasileira no conteúdo.
 - Exemplos não faltam de streaming gratuitos com conteúdo nacional de obras clássicas à premiadas e licenciadas. Alguns exemplos podem ser facilmente encontrados em busca realizada na web.
- ↳ [Spcline Play](#), da prefeitura de São Paulo, com clássicos do cinema nacional e obras selecionadas de mostras e festivais de cinema;
 - ↳ A vertente cultura do Banco Itaú, com a plataforma [Itaú Cultural Play](#) dedicado a produções nacionais, com clássicos, obras premiadas e produções independentes;
 - ↳ O Sesc Digital com exibição gratuita de filmes em streaming e curadoria do [CineSesc](#), com a disponibilização semanal de novos títulos pelo site e no Aplicativo Sesc Digital;
 - ↳ O [cine Humberto Mauro](#), mantido pela Fundação Clóvis Salgado em Minas Gerais e até mesmo recursos do governo federal, dispõe de clássicos do cinema brasileiro e mundial, terror cult, ficção científica e filmes nacionais do Prêmio Humberto Mauro;
 - ↳ A [plataforma Maricá Filmes](#), de iniciativa da prefeitura de Maricá – RJ, com curtas e longas nacionais e internacionais, disponíveis no site e no aplicativo Maricá Filmes;
 - ↳ O Banco de Conteúdos Culturais de iniciativa da Cinemateca Brasileira e da Sociedade Amigos da Cinemateca (SAC), com uma coleção de filmes brasileiros.
- Fato que a Universidade Federal de Alagoas, que recebe recurso público para o desenvolvimento da plataforma em parceria com o MinC, e a diretora de preservação e difusão audiovisual da Secretaria do Audiovisual (SAV/MinC), Daniela Santana Fernandes, parecem desconhecer.



E se o Brasil tivesse seu próprio streaming público?

Ele está sendo criado agora! O **NEES-UFAL** está desenvolvendo o **Tela Brasil**, streaming público oficial do **Ministério da Cultura** para levar o cinema nacional a todos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS | **NEES**

nees.ufal e ufaloficial

nees.ufal O NEES está desenvolvendo a Tela Brasil, plataforma de streaming público do Ministério da Cultura. A previsão é que a plataforma, que vai conectar gratuitamente os brasileiros ao cinema produzido no País, seja disponibilizada para o público a partir do segundo semestre deste ano.

Construída do zero, a plataforma está sendo produzida por um time de mais de 60 pessoas do NEES, vinculadas a cinco universidades e institutos federais, reunindo especialistas de diversas áreas e conectando a produção acadêmica às necessidades da sociedade.

A plataforma vai oferecer, sem custo, produções e obras do audiovisual brasileiro. Os objetivos são ampliar o

1.392 curtidas há 2 dias

Entrar para curtir ou comentar.

Fonte: Post no instgram @nees.ufal e @ufaloficial https://www.instagram.com/nees.ufal/p/DFydo6WPyc0/?img_index=1

- O próprio “Tela Brasil”, nome dado à plataforma em desenvolvimento, deve trabalhar com a disponibilização de acervos da Cinemateca e da Fundação Nacional das Artes (Funarte), que já são gratuitos e de acesso livre ao público em geral, além de licenças de obras contemporâneas.
- Com previsão de lançamento postergada para o segundo semestre deste ano, o Tela Brasil vem sendo desenvolvido com recursos públicos do MinC descentralizados para a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), sem ao menos a definição de como irá funcionar. Os veículos de comunicação dão conta que a regra de negócio básica de desenvolvimento de uma plataforma ainda não foi definida. O MinC ainda estuda se o serviço estará disponível apenas via site ou se também contará com aplicativos para dispositivos como Android, iOS, Smart TVs e Fire TV.

- Publicação do [Núcleo de Excelência em Tecnologias Sociais \(NEES\), da Universidade Federal de Alagoas \(UFAL\)](#), revela que o projeto para além de envolver pesquisadores da UFAL, também conta com outros do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), da Escola de Belas Artes de São Paulo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade de Coimbra (Portugal). Além da contratação de consultoria via Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). O que significa repasse de recursos públicos a organismo internacional que em média retém 5% dos valores repassados como taxa administrativa.
- Para além dos recursos despendidos com o desenvolvimento do projeto e sua manutenção, que não foram divulgados, ainda em 2024, [o MinC abriu edital](#) para ter o direito de transmissão de curtas, médias e longas-metragens. A chamada pública recebeu 1.580 inscrições e foi suplementada para licenciar 42 obras, **com previsão de gasto de R\$4,2 milhões para licenciar as obras por 48 meses, sem exclusividade, com custos administrativos de até R\$300mil.** A distribuição dos recursos para cada obra ficou em R\$20 mil para cada longas-metragens (111); R\$10 mil para médias-metragens ou telefilmes (64); e R\$5mil para curtas-metragens (272).
- Ou seja, com o Tela Brasil o governo acaba por criar uma previsão de despesa contínua de sua manutenção e periódica, caso a intenção seja manter o conteúdo minimamente atualizado e capaz de prender a atenção do público.
- Para se ter uma ideia, aumentos recentes praticados pelos serviços de streaming disponíveis no mercado e inserção de anúncios pelas plataformas visam garantir, para além da lucratividade do negócio, a manutenção da atratividade do serviço, arcando com os custos dos investimentos em conteúdos, taxas de licenciamento e outras despesas necessárias à expansão de seus catálogos. O que dizer do Lulafli que objetiva "*familiarizar a sociedade brasileira com a diversidade de nossa produção audiovisual*" segundo nota do MinC e caso almeje se manter atrativo e referência para produções nacionais?
- O MinC pretende ainda se valer do Tela Brasil como instrumento para garantir a **obrigatoriedade prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com alteração dada pela Lei 13.006/2014, do governo Dilma, que prevê a exibição de filmes de produção nacional como componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola.**

- Ou seja, **o catálogo que será disponibilizado nas escolas para exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais, será definido pelo governo Lula.** A intenção se estende para espaços de difusão não comerciais, como cineclubes, pontos de difusão, pontos de leitura e de memória, bibliotecas públicas e CEUs, segundo nota do MinC.
- O interesse e a liberdade de escolha do público é algo a ser levado em consideração.
- Veja o caso da Cota de Tela. Ainda não se comprovou ter havido aumento do interesse do público nas produções nacionais. O resultado da análise do impacto da obrigatoriedade de reserva de sessões de cinema nacional, mesmo apontando avanços na ampliação do número de salas destinadas aos filmes brasileiros, demonstrou que a procura pelo público ainda é pequena. Muito dependente de apelos publicitários ou de públicos específicos.
- Ao final de 2024, Lula publicou o Decreto 12.323/2024 que regulamenta a obrigatoriedade de exibição de obras cinematográficas brasileiras nos cinemas a partir de 2025, com reserva de 7,5% a 16% das sessões anuais para filmes nacionais, com a proporção exata variando conforme o número de salas.
- Segundo resultado da [Análise de Resultado Regulatório – ARR n.º 1/2024/SRG divulgado pela Agência Nacional do Cinema - Ancine](#), em que pese o avanço no cumprimento da Cota de Tela em 2024, com 15,2% do total de sessões para filmes brasileiros, representou, apenas, 8,8% do público.

- Gráfico 1 – Participação dos filmes nacionais sobre público e sessão (2018 a 2024)

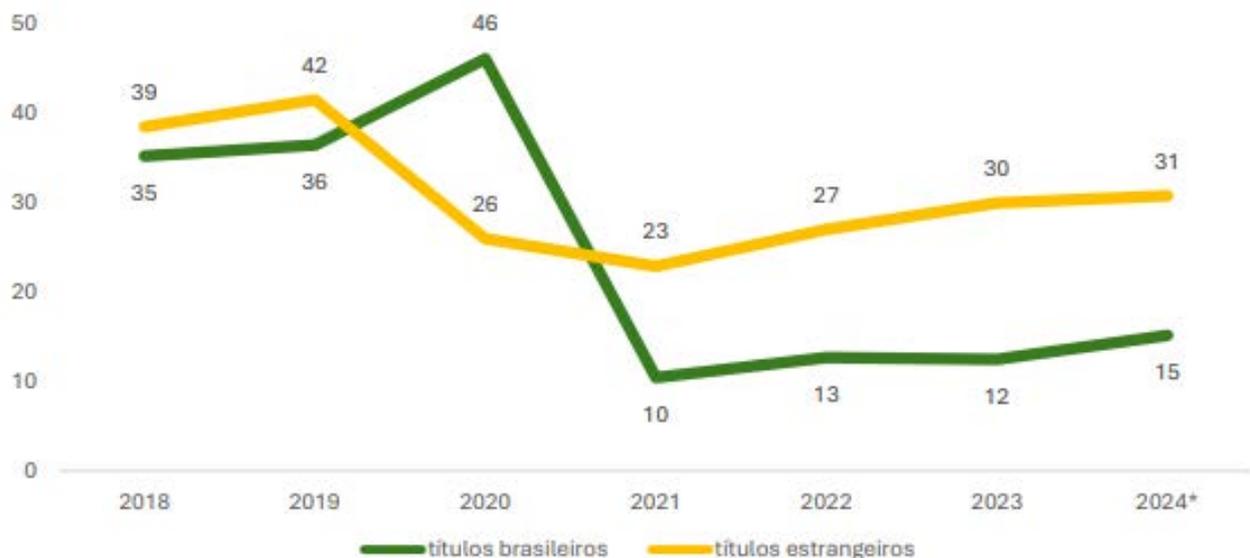
Gráfico 2 - Participação dos 20 maiores lançamentos em público, por participação do público e de sessões: 2018 a 2024



Fonte: ARR n° 1/2024/SRG. Ancine. Disponível em <https://www.gov.br/ancine/>
 Nota: Em 2024, até a semana 43 (30 de outubro). Para os demais anos, até 31 de dezembro. Dados preliminares.

- Gráfico 2 – Público por sessão das salas de cinema (2018 a 2024)

Gráfico 8 - Público por sessão das salas de cinema: 2018 a 2024



Fonte: ARR n° 1/2024/SRG. Ancine. Disponível em https://www.gov.br/ancine/pt-br/assuntos/atribuicoes-ancine/regulacao/ARR_com_anexos_para_publicacao_assinado_assinado_assinado_a_ssinado_assinado.pdf

Nota: Em 2024, até a semana 43 (30 de outubro). Para os demais anos, até 31 de dezembro. Dados preliminares.

- As melhores da performance das obras nacionais nas sessões de cinema estão diretamente relacionadas a lançamentos específicos, não há uma clara preferência do público pelo o fato da obra ser nacional. Em 2023, 3,2% do público (3,7 milhões de espectadores) optaram por filmes nacionais. Resultado 84,6% menor que em 2019.
- Ou seja, **os dados não levam a conclusão pela preferência do público por obras nacionais, fator que poderia justificar gastos com o desenvolvimento de uma plataforma pública que irá carecer de manutenção permanente e alimentação com novas obras de modo a se manter atrativa e atualizada, demandando uma despesa permanente no orçamento do MinC.**
- Lembrando que uma das razões imputadas ao movimento de migração do público da TV aberta para plataformas de vídeo por demanda e para a internet é a diversidade de acesso (aplicativos ou web), e a liberdade de escolha por obras de várias nacionalidades, documentários, séries, desenhos, animes, programas de variedades, sem a interferência direta que delimite o catálogo, como irá ocorrer com o Tela Brasil, que dependerá de editais para seleção das obras.

7 EDUCAÇÃO

Governo sofre derrota no TCU, que determina a suspensão e o bloqueio de R\$ 6 bilhões do programa Pé-de-Meia

“Freio de arrumação” orçamentária imposto na execução do Pé-de-meia terá que ser adotado pelo governo, frente a decisão do Plenário do TCU que determinou o bloqueio dos R\$ 6 bilhões vinculados ao programa, por entender que sua execução fere o princípio da anualidade orçamentária, por não ter autorização periódica, via Lei Orçamentária Anual.

O programa, que vinha sendo executado à margem das regras fiscais impostas de modo a manter o equilíbrio fiscal das contas públicas, terá que passar a compor as despesas do Executivo e se submeter ao Regime Fiscal Sustentável – RFS. Essa foi a determinação do TCU no último dia 22 de janeiro, quando apreciou o acórdão do Ministro Augusto Nardes.



De acordo com o TCU, o programa tido como de maior apelo popular do governo Lula e que fez do ministro da educação, Camilo Santana, um dos recordistas no gasto com passagens em 2024 por percorrer o país em constantes agendas de lançamento do Pé-de-Meia, deveria haver uma reserva do dinheiro do Fundo Garantidor de Operações (FGO) e do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (Fgeduc), antes de serem repassados para o Fipem e usados no pagamento das bolsas do programa, passando pela conta única do Tesouro Nacional e, conseqüentemente com previsão na lei orçamentária.

Agora, o governo Lula terá que adequar o projeto de lei orçamentária para 2025, ainda sob análise do Congresso Nacional, para inserir as despesas relacionadas ao Pé-de-Meia. Orçamento amplamente criticado diante das receitas previstas. Parte delas consideradas como fictas. Adequação que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, havia dito que faria na peça orçamentária para 2026.

Em [entrevista à CNN Brasil](#) no último dia 1º, o ministro da educação afirmou que tentaria junto ao presidente do TCU resolver o bloqueio dos recursos necessários para financiar o programa. Segundo esse mesmo veículo jornalístico, o relator do caso no TCU irá se reunir com os ministros da Fazenda e da Educação, já no dia 10, para discutir a execução do programa, que deve ter sua execução em conformidade com a legislação orçamentária.

Mesmo cientes do relatório produzido pela área técnica do TCU, ainda em outubro de 2024, que de fato culminou no acórdão aprovado pelo Plenário, o governo insiste que não há irregularidade orçamentária na execução do programa, uma vez que o Congresso Nacional autorizou a integralização das cotas de participação de superávits financeiros do Fundo Social, acumulados entre 2018 e 2023, até o limite de R\$ 13 bilhões; e **R\$ 6 bilhões do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (Fgeduc) e R\$ 4 bilhões do Fundo Garantidor de Operações (FGO).**

Até agora, já haviam sido repassados R\$6,1 bilhões do Fundo Social e R\$6 bilhões do Fgeduc ao Fipem - Fundo de Custeio da Poupança de Incentivo à Permanência e Conclusão Escolar para Estudantes do Ensino Médio.

Inicialmente, o governo previu R\$1 bilhão no projeto de LOA para 2025 para o Pé-de-Meia. Valor sabidamente insuficiente para cobrir toda despesa do período. Com o revés sofrido diante do posicionamento do TCU, o governo, segundo reportagem do Estadão, [cogitou utilizar recursos do Salário Educação para custear o repasse para o pé-de-meia.](#)

Porém, o salário educação, enquanto contribuição social paga por empresas tem destinação específica para cobertura de despesas recorrentes de merenda escolar, ônibus escolar, livro didático e investimento direto nas escolas.

Após a notícia do posicionamento cautelar adotado pelo TCU, Fernando Haddad afirmou que o Pé-de-Meia e o vale-gás seriam orçados de “maneira a estarem dentro do Orçamento federal”, que “as mudanças que foram feitas na legislação vão nos permitir atender às recomendações feitas pelo TCU”.

Assim, a **saída orçamentária que o governo encontrou está na mudança do Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, no âmbito do pacote de corte de gastos.** Nas contas do governo, a projeção de “espaço aberto pela economia de despesas”, será de R\$4,8 bilhões em 2025, que poderá ser usado no pagamento da bolsa do ensino médio.

A situação vai além, na prática, o governo teve autorização para o uso de até 10% da complementação do governo federal ao Fundeb no financiamento do ensino em tempo integral em 2025. Porém, ao elaborar a peça orçamentária submetida ao Congresso, o governo não incorporou o ensino integral no fundo.

Em termos operacionais, o MEC ainda não incorporou as mudanças do pacote fiscal no Fundeb. Uma vez que ainda não foi definido os parâmetros da complementação que será destinada ao ensino em tempo integral. Os valores da complementação impactam na definição do cálculo do VAAT-MIN e do VAAF-MIN, impactando a distribuição dos recursos aos entes federativos, incluindo o VAAR.

Ou seja, **as medidas de “corte de gastos” nem entraram em vigor e o governo Lula já encontrou despesas a serem executadas no lugar.**

A complementação da União no Fundeb tem por objetivo equilibrar as regiões do País visando aumentar os valores aplicados por Estados e municípios com menor investimento na educação básica. E a incorporação do ensino em tempo integral no fundo representará perdas no financiamento da educação básica, que podem ser superiores a R\$2bilhões em 2025 aos entes que mais dependem dos recursos da União para financiar a educação básica.

Estudo do economista Camillo Bassi, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, [divulgado pelo Estadão](#), aponta que com os valores de 2025 divulgados, o impacto será ainda maior.

*“Os dez Estados mais pobres e que mais dependem do Fundeb, incluindo **Maranhão, Pará, Bahia** e **Rio de Janeiro**, devem perder R\$ 2,7 bilhões em repasses do primeiro parâmetro em 2025. Os Estados e municípios que recebem recursos com base no segundo parâmetro (são 2.357 municípios e um Estado) devem ser impactados com uma redução de R\$2,4 bilhões neste ano.”*

Indiferentes às perdas que Estados e Municípios terão em razão da mudança no Fundeb, o governo continua a fixar despesas. Ao ser questionado sobre a bolsa ensino médio e o revés diante do TCU, o MEC salientou o custeio de outra despesa no orçamento. O programa Mais Professores, que inclui um “Pé-de-Meia” para os cursos de licenciatura. De acordo com o órgão, serão R\$642,7 milhões em 2025 dentro do Orçamento da União.

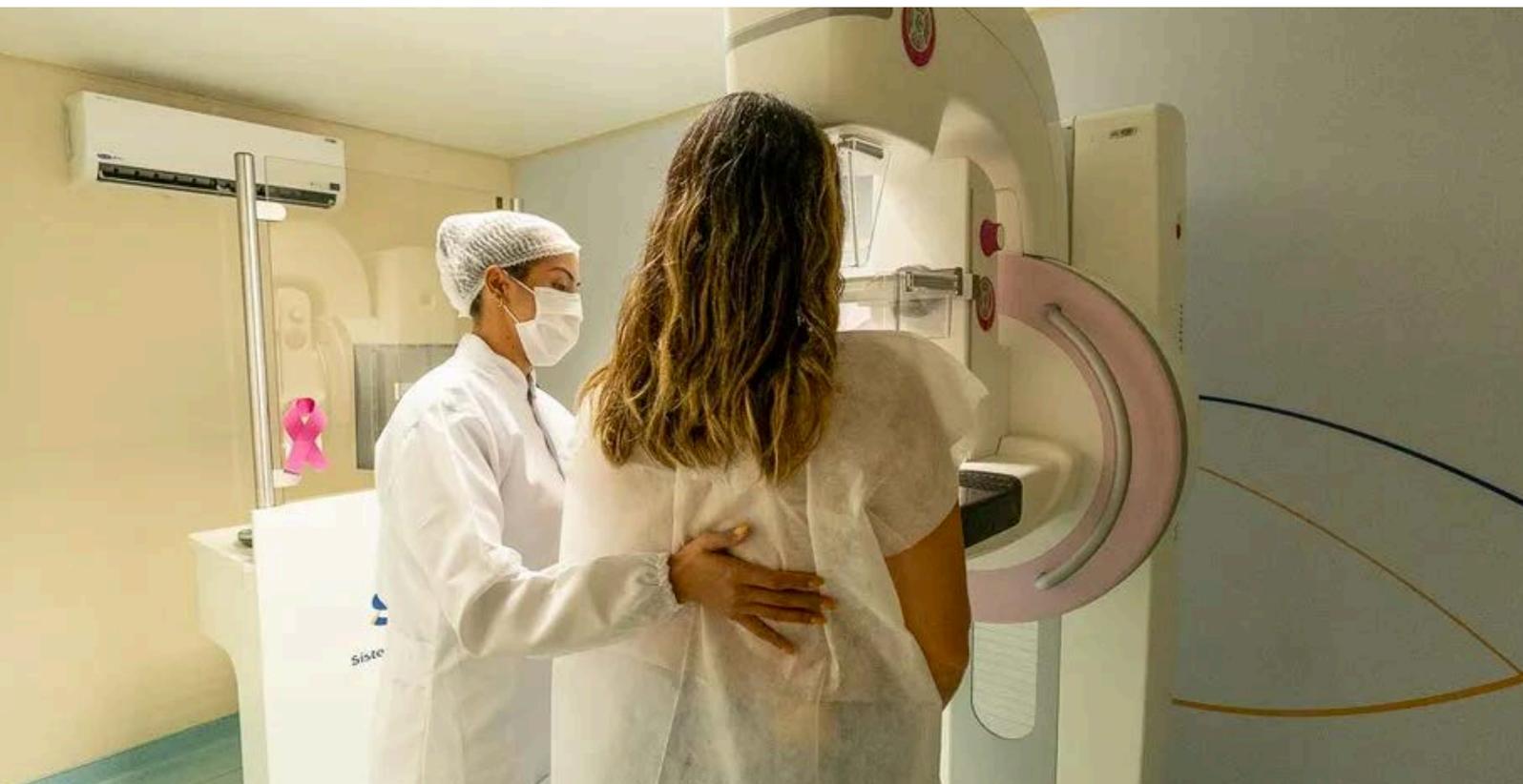


8 SAÚDE

ANS abre caminho para dificultar o acesso a exames de mamografias para mulheres a partir dos 40 anos.

Consulta da ANS pode trazer insegurança jurídica tanto aos usuários quanto às operadoras de plano de saúde que podem ver na consulta uma oportunidade na redução de custos.

A [Agência Nacional de Saúde Suplementar](#) (ANS), autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, vem fazendo vários movimentos no sentido de alterar a regulamentação dos serviços de saúde suplementar. Alguns positivos, outros nem tanto do ponto de vista do consumidor. No entanto, a Consulta Pública nº 144 sobre a proposta de certificação de boas práticas oncológicas em serviços médicos indicando a faixa etária a partir dos 50 anos como a idade mínima para a realização de mamografias nos planos de saúde, levanta sérios questionamentos acerca de seu alcance.



Setores da saúde, entidades médicas e até mesmo o ministério público questionaram consulta pública da ANS que prevê certificação para entidades que incentivem mamografias a partir dos 50 anos. A sociedade teme que a consulta sirva como sinalização para as prestadoras de serviços negarem a cobertura da mamografia em mulheres a partir dos 40 anos.

A realização de rastreamento populacional do câncer de mama bianualmente com mamografia em mulheres de 50 a 69 anos como critérios de pontuação, baseou-se em métrica utilizada pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA) e o [Ministério da Saúde](#), que preconiza que o rastreio do câncer deve ser direcionado às mulheres na faixa etária e periodicidade em que há evidência conclusiva sobre redução da mortalidade por câncer de mama e que o balanço entre benefícios e possíveis danos à saúde dessa prática seja mais favorável.

Nota da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) afirma que

“A mamografia é a principal estratégia para o diagnóstico precoce do câncer de mama, com respaldo amplo na literatura nacional e internacional. Portanto, ao ser postergado o rastreamento mamográfico para a partir dos 50 anos, será negligenciado um terço das mulheres que poderiam ter um diagnóstico precoce ao realizarem a mamografia anual e terem suas vidas salvas. Nesse sentido, o não acesso da população feminina brasileira à mamografia anual a partir dos 40 anos representa um claro retrocesso ao programa de rastreamento do câncer de mama no Brasil”.

Em complemento, a Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC), que também se manifestou contrária a sinalização dada pela ANS ao setor de serviços de saúde suplementar, que há estudos científicos apontando que o rastreamento por mamografia a partir dos 40 anos como uma das ferramentas mais eficazes para detectar o câncer de mama em estágios iniciais, quando as chances de cura são significativamente maiores.

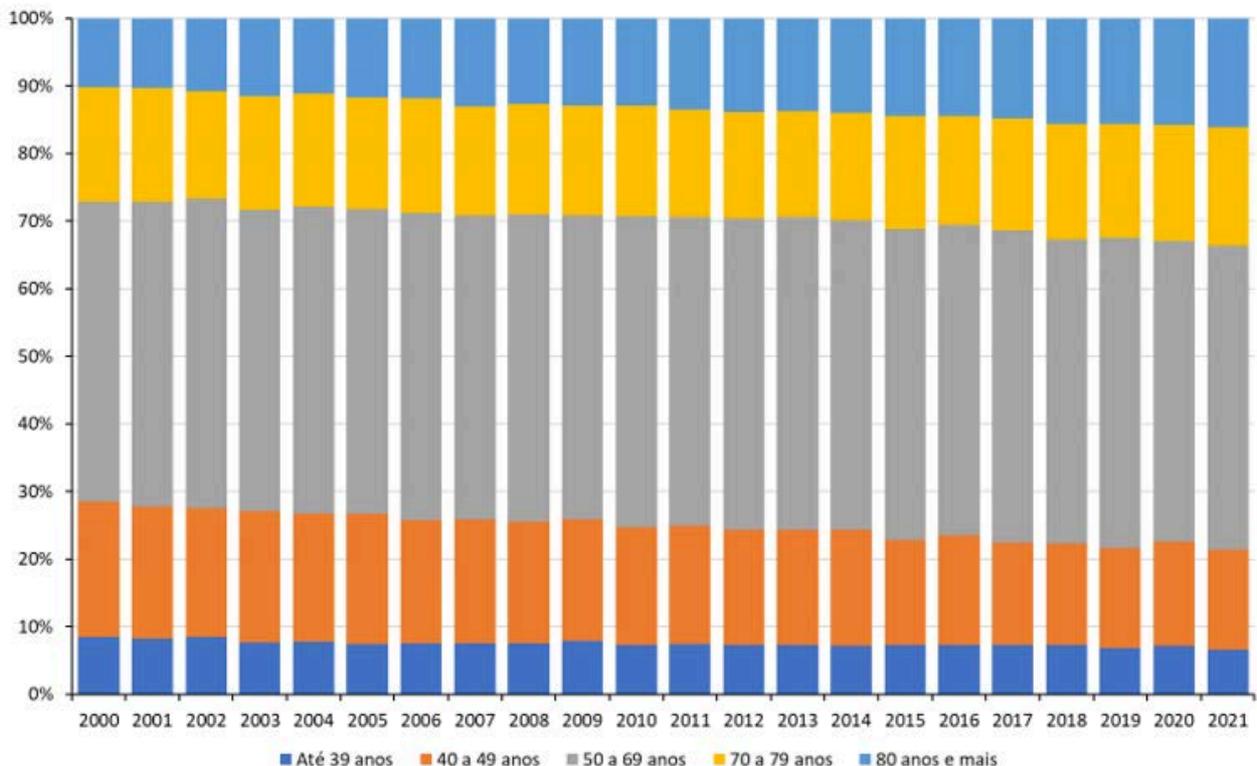
Estimativa do Instituto Nacional de Câncer (INCA) aponta que sejam registrados entre 2023 a 2025, 73.610 novos casos de câncer de mama, com taxa de 66,54 casos a cada 100 mil mulheres, e que a doença cause 18 mil mortes.

O câncer de mama ocupa a primeira posição em mortalidade por câncer entre as mulheres no Brasil, com taxa de mortalidade ajustada por idade, pela população mundial, para 2021, de 11,71/100 mil (18.139 óbitos).

Dentre os fatores listados na prevenção do câncer de mama está o diagnóstico precoce. Pesquisa do Ipec – Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica – ouviu 14 mil mulheres e ela mostra que ainda há um grande desconhecimento sobre o câncer de mama. 60% das mulheres ouvidas acreditam que a principal medida para a detecção precoce do câncer de mama é o autoexame, sendo que a mamografia seria o exame capaz de detectar tumores menores. Muito em decorrência dessa crença e mesmo pela falta de acesso, apenas metade das mulheres entre 40 e 49 anos participantes do estudo realizou a mamografia nos últimos 18 meses, que poderia ter sido feita anualmente.

Dados do Ministério da Saúde apontam que proporcionalmente a taxa de mortalidade por câncer de mama no grupo de 50 a 69 anos seja maior, respondendo por 45% do total de óbitos. Porém, não se pode ignorar a taxa de mortalidade na faixa etária de 40 a 49 anos, tampouco que a prevenção realizada nesse grupo impactaria de forma positiva na taxa de mortalidade no grupo com maior ocorrência de óbitos.

Figura 1 – Mortalidade proporcional por câncer de mama segundo faixa etária – Brasil 2000 a 2021



Fonte: Matéria divulgada pelo Portal Inca.gov.br, com dados do DATASUS. Sistema de Informações de Mortalidade. Acesso em: 21/08/2023.

Mesmo do ponto de vista financeiro, o atraso na realização de procedimentos de rastreamento de câncer, que em um primeiro momento poderia significar redução de custos, tanto para o setor privado, quanto para o SUS, pode ocasionar aumento de gastos com tratamentos mais complexos e demorados em estágios avançados da doença.

Os índices de cura podem chegar a 90% quando a patologia é identificada em seu estágio inicial, de acordo com a [Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica](#).

Apesar de toda tentativa de a agência reguladora negar a alteração do rol de cobertura obrigatória, a consulta sobre boas práticas e certificação certamente levanta a questão sobre o que a ANS defende enquanto órgão regulador do setor e detentor de poderes públicos de intervenção no mercado.